RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 – ESAF

Brasília - DF, março de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria nº 2.546/2010.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União
CEAE – Centro de Altos Estudos
CECAB – Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil
CEEAD – Centro Estratégico de Ensino à Distância
CEFOR – Centro Estratégico de Formação e Educação Continuada
CETREMFA – Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COGEP – Comitê de Gestão de Pessoas
COGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPR – Contas a Pagar e Receber
DIRAD – Diretoria de Administração
DIRAT – Diretoria de Atendimento
DIRCO – Diretoria de Cooperação Técnica
DIRED – Diretoria de Educação
DIRES – Diretoria de Recrutamento e Seleções
DIRGE – Direção Geral
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EaD – Ensino à Distância
EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
ESAF – Escola de Administração Fazendária
ESCOR – Escritório da Corregedoria
FFEB – Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros
FGU – Fundação Getúlio Vargas
FOCO – Formação em Concurso Público
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEF – Grupo de Educação Fiscal
GEFE – Grupo Estadual de Educação Fiscal
GEREF – Gerência de Educação Fiscal
GERTI – Gerência de Tecnologia e Informação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
JFCE – Justiça Federal do Ceará
MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAD – Procedimento Administrativo Disciplinar
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia e Informação
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PFP – Programa de Formação Profissional
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
PMIMF – Programa de Modernização e Integração do Ministério da Fazenda
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNUD – Programa das Nações para o Desenvolvimento
POP's – Procedimento Operacional Padrão
PPA – Plano Plurianual
RFB – Receita Federal do Brasil
RH – Recursos Humanos
SAMF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEAE – Secretaria de Assuntos Econômicos
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ – Secretaria de Fazenda
SEFIN – Secretaria de Finanças
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SESI – Serviço Social da Indústria
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGEV – Sistema de Gestão de Eventos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SINAR – Sistema Nacional de Arquivos
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISCON – Sistema de Concurso
SISG – Sistema de Serviços Gerais
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SISPNEF – Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal
SME – Secretaria Municipal de Educação
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UFC – Universidade Federal do Ceará
UJ – Unidade Jurisdicionante
UNB – Universidade de Brasília
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNINFOR – Universidade de Fortaleza

LISTA DE FIGURA, QUADROS, GRÁFICOS e TABELAS

FIGURA

Figura 1 – Estrutura Organizacional da ESAF

QUADROS – Execução Física e Financeira

Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF

QUADROS – Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação (Aluno e Contratante)

Ação 0777 – Capacitação de Servidores Públicos
CENTRESAF – BA
CENTRESAF – CE
CENTRESAF – DF
CENTRESAF – MG
CENTRESAF – PA
CENTRESAF – PE
CENTRESAF – PR
CENTRESAF – RJ
CENTRESAF – RS
CENTRESAF – SP

QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011, DE 12 DE MAIO DE 2011.

Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias
Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes
Quadro A 2.5 – Programação de Despesas Capital
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento Despesa dos créditos originários da UJ
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos movimentação
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 Quantidade
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Quadro A.15.2 - Situação deliberações TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Capacitações da DIRCO
Gráfico 2 – Outras Participações da DIRCO
Gráfico 3 – Capacitações da DIRED
Gráfico 4 – Outras Participações da DIRED
Gráfico 5 – Capacitações da DIRAT
Gráfico 6 – Outras Participações da DIRAT
Gráfico 7 – Capacitações do CEEAD
Gráfico 8 – Outras Participações do CEEAD
Gráfico 9 – Capacitações do CEFOR
Gráfico 10 – Outras Participações do CEFOR
Gráfico 11 – Capacitações da GERTI
Gráfico 12 – Outras Participações da GERTI
Gráfico 13 – Demonstrativo do Percentual de Participação das Àreas da Esaf-Sede no Quadro de Capacitações
Gráfico 14 – Capacitações do CENTRESAF BA
Gráfico 15 – Outras Participações do CENTRESAF BA
Gráfico 16 – Capacitações do CENTRESAF CE
Gráfico 17 – Outras Participações do CENTRESAF CE
Gráfico 18 – Capacitações do CENTRESAF DF
Gráfico 19 – Outras Participações do CENTRESAF DF
Gráfico 20 – Capacitações do CENTRESAF MG
Gráfico 21 – Outras Participações do CENTRESAF MG
Gráfico 22 – Capacitações do CENTRESAF PA
Gráfico 23 – Outras Participações do CENTRESAF PA
Gráfico 24 – Capacitações do CENTRESAF PE
Gráfico 25 – Capacitações do CENTRESAF PR
Gráfico 26 – Outras Participações do CENTRESAF PR
Gráfico 27 – Capacitações do CENTRESAF RJ
Gráfico 28 – Outras Participações do CENTRESAF RJ
Gráfico 29 – Capacitações do CENTRESAF RS
Gráfico 30 – Outras Participações do CENTRESAF RS
Gráfico 31 – Capacitações do CENTRESAF SP
Gráfico 32 – Outras Participações do CENTRESAF SP

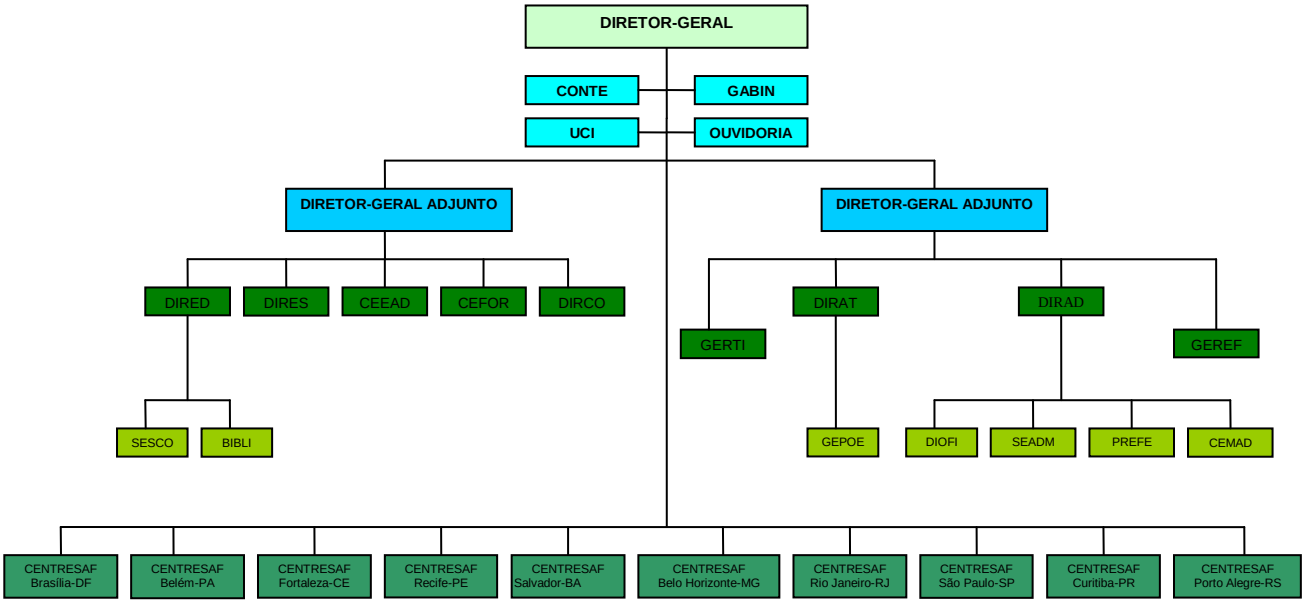
TABELAS

Tabela 1 – Ranking das Capacitações da ESAF-Sede
Tabela 2 – Ranking das Capacitações das Descentralizadas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
1. INTRODUÇÃO 11
1.1 Objetivos Institucionais - O papel da ESAF na execução das políticas públicas. 12
1.2 Objetivos Estratégicos da Organização ESAF – 2008-11 13
1.3 Estratégias de Atuação 14
1.4 Direção-Geral da ESAF - DIRGE 17
1.5 Diretoria de Recrutamento e Seleção – DIRES 18
1.6 Diretoria de Cooperação Técnica – DIRCO 22
1.7 Diretoria de Educação - DIRED 24
1.8 Diretoria de Atendimento - DIRAT 27
1.9 Diretoria de Administração - DIRAD 30
1.10 Centro Estratégico de Educação a Distância - CEEAD 32
1.11 Formação Continuada - Centro Estratégico de Formação Continuada - CEFOR 34
1.12 Gerência de Tecnologia e Informação - GERTI 37
1.13 Gerência do Programa Nacional de Educação Fiscal - GEREF 38
1.14 RANKING das Capacitações nas Unidades da ESAF-SEDE 41
1.15 CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF – CENTRESAF 42
1.16 CENTRESAF – BAHIA 42
1.17 CENTRESAF – CEARÁ 45
1.18 CENTRESAF – DISTRITO FEDERAL 48
1.19 CENTRESAF – MINAS GERAIS 51
1.20 CENTRESAF – PARÁ 54
1.21 CENTRESAF – PERNAMBUCO 57
1.22 CENTRESAF – PARANÁ 60
1.23 CENTRESAF – RIO DE JANEIRO 64
1.24 CENTRESAF – RIO GRANDE DO SUL 66
1.25 CENTRESAF – SÃO PAULO 68
1.26 RANKING DAS CAPACITAÇÕES NAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA ESAF 72
1.27 ITENS DO ANEXO II DA DN TCU 108/2010 – NÃO SE APLICAM À ESAF 73
ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 76
ITEM 2 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 77
ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 85
ITEM 5 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 85
ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 90
ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 91
ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 92
ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 93
ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 94
ITEM 11 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 96
ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 96
ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 97
ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 98
ITEM 16 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 102
ITEM 1 PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 104
CONCLUSÃO 105

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESAF



APRESENTAÇÃO

Atendendo às diretrizes estabelecidas nas Decisões Normativas nº 108, de 24 de novembro de 2010 e de nº 110, de 1º de dezembro de 2010 e consoante a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010 do Tribunal de Contas da União – TCU, esta Escola apresenta o seu Relatório de Gestão de 2011. Este relatório contempla os resultados obtidos no período, a partir da observância do Orçamento da União e do Plano Plurianual - PPA 2008/2011.

A Missão Institucional da ESAF é "Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania", tendo como Visão de Futuro "Ser o centro de referência em geração e disseminação do conhecimento e no desenvolvimento integral de pessoas".

A origem da Escola remonta ao ano de 1945, com as primeiras experiências em cursos de aperfeiçoamento do Ministério da Fazenda. Em um processo de desenvolvimento progressivo, foi criado, em 1967, o Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda – CETREMFA, que se transformou na Escola de Administração Fazendária – ESAF, por intermédio do Decreto Presidencial nº 73.115 de 8 de novembro de 1973.

Inaugurada em 28 de julho de 1975, a sede própria da ESAF passou a contar com um atual complexo educacional de linhas modernas e funcionais para atender aos órgãos da Administração Pública, com prioridade ao Ministério da Fazenda, para a realização de cursos, seminários, simpósios, congressos, reuniões, entre outros eventos de significativa relevância para as políticas públicas, notadamente com ênfase em finanças públicas.

Em 6 de agosto de 1975, ocorreu a institucionalização da Escola como Órgão Central de Direção Superior de Atividades Específicas do Ministério da Fazenda; em 1976, foram aprovados seu regimento interno e a regulamentação do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE, caracterizando-a como um sistema de Educação Permanente e, desde então, tem estado presente na seleção e no desenvolvimento de servidores públicos.

Ligada ao Ministério da Fazenda, a ESAF é órgão específico singular de sua estrutura organizacional, consoante Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011.

A sede da Escola situa-se em Brasília, Distrito Federal, e é composta pelas seguintes unidades: Diretoria-Geral, duas Diretorias Adjuntas cinco Diretorias, dois Centros Estratégicos duas Gerências de Programas e uma Prefeitura.

Integram ainda a estrutura da ESAF dez Centros Regionais de Treinamento – CENTRESAF com jurisdição em todo território nacional, localizados na Capital Federal e em outras nove capitais-sedes de Regiões Fiscais: Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), além dos Pólos de João Pessoa (PB) e Manaus (AM).

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Escola de Administração Fazendária – ESAF descreve as atividades desenvolvidas pelas Áreas da ESAF, no exercício de 2011; em seguida, presta conta, trazendo as informações solicitadas em tabelas anexas de acordo com as instruções publicadas pelo Tribunal de Contas da União.

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela ESAF durante o exercício de 2011, desde o início do seu detalhamento com a finalidade Institucional, até as estratégias de atuação adotadas em atividades desenvolvidas no alcance dos resultados alcançados.

Dos quadros apresentados, o relatório contemplou apenas aqueles cuja finalidade institucional da ESAF ficou evidente, os demais foram considerados como não aplicáveis à natureza jurídica da Instituição. Os números mostrados nos quadros refletem o desempenho da Esaf-Sede e as suas filiais que estão situadas em dez Estados da federação.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 108 de 2010, bem como com a Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011. As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela ESAF para o exercício de 2011 decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, os limites orçamentários também tiveram influência nos resultados alcançados.

O Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (FUNTREDE) exerceu papel fundamental, viabilizando diversos projetos institucionais, em busca do alcance dos Objetivos Institucionais da ESAF e do Ministério da Fazenda.

1.1 Objetivos Institucionais - O papel da ESAF na execução das políticas públicas.

Tendo o Ministério da Fazenda a incumbência de promover uma gestão econômica pautada por medidas estruturais que assegurem a sustentabilidade do desenvolvimento, as ações da ESAF são pautadas para a capacitação e desenvolvimento de pessoas que se inserem no contexto das políticas públicas, realizando institucionalmente a sua missão de promover o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania. Para tanto, atua no recrutamento, seleção, formação e desenvolvimento de pessoas, buscando promover consciência social e fiscal e propiciar meios para o desempenho eficaz na formulação de políticas que contribuam para o desenvolvimento das administrações públicas. Ao mesmo tempo, desenvolve ações efetivas que contemplem estudos afetos à política tributária brasileira e ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, de modo a favorecer o exercício da cidadania.

Mantendo a continuidade e o aperfeiçoamento de suas ações nos campos da seleção, formação, capacitação e desenvolvimento de servidores públicos, a ESAF ampliou o escopo da sua atuação, utilizando a tecnologia de educação a distância, realizando cursos para outros órgãos da Administração Pública, formulando convênios e acordos de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, promovendo cursos de pós-graduação e concursos nacionais de monografias.

Dessa forma, como escola de governo a serviço da sociedade, a ESAF tem buscado, ao longo de sua existência, funcionar como centro de produção e difusão do conhecimento, abertas às mais diversas perspectivas de investigação e debates na área das finanças públicas e capaz, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade e também de propiciar o desenvolvimento profissional do servidor público brasileiro, assumindo como finalidades básicas:

- Planejar, promover e intensificar programas de treinamento sistemático, progressivo e ajustado às necessidades do Ministério nas suas diversas áreas, bem assim os macroprocessos transversais de trabalho inerentes ao Ministério;
- promover a formação e o aperfeiçoamento técnico - profissional dos servidores do Ministério;

- planejar, sistematizar, supervisionar, orientar e controlar o recrutamento e a seleção de pessoal para preenchimento de cargos do Ministério;
- sistematizar, planejar, supervisionar, orientar e controlar o mapeamento de competências e a gestão do conhecimento no âmbito do Ministério;
- planejar e promover pesquisa básica e aplicada, bem assim desenvolver e manter programas de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais sobre matéria de interesse do Ministério;
- planejar e executar cursos, projetos e atividades recrutamento, seleção e treinamento que venham a ser conveniados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com organismos nacionais e internacionais; e
- administrar o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE, de natureza contábil, de que trata o Decreto nº 73.115, de 8 de novembro de 1973.

Com base nas finalidades institucionais, a ESAF pretende, objetivamente, tornar-se referência em geração e disseminação do conhecimento e no desenvolvimento de pessoas, na área de finanças públicas, contribuindo para a modernização e o aperfeiçoamento da administração pública brasileira.

1.2 Objetivos Estratégicos da Organização ESAF – 2008-11

Objetivo 1 – Promover o desenvolvimento dos profissionais da administração pública
Objetivo 2 – Consolidar-se como centro de conhecimento em gestão das finanças públicas
Objetivo 3 – Promover a cidadania fiscal
Objetivo 4 – Aprimorar o processo de seleção de servidores fazendários
Objetivo 5 – Desenvolver competências dos profissionais da administração pública
Objetivo 6 – Ampliar e diversificar os programas de capacitação
Objetivo 7 – Fomentar e disseminar estudos e pesquisas
Objetivo 8 – Fortalecer a gestão do programa de educação fiscal
Objetivo 9 – Aperfeiçoar a comunicação interna e externa
Objetivo 10 – Padronizar e aprimorar os processos de trabalho

Objetivo 11 – Implementar e ampliar parcerias estratégicas

Objetivo 12 - Adequar o quadro de servidores e a rede de colaboradores

Objetivo 13- Desenvolver e gerir competências

Objetivo 14- Promover a valorização e o reconhecimento dos servidores

Objetivo 15– Aprimorar a qualidade dos serviços e equipamentos de TIC

Objetivo 16 – Prover soluções de infraestrutura e sistemas de TIC

Objetivo 17 – Adequar e modernizar a infraestrutura de física e de serviços

Objetivo 18 – Adequar às disponibilidades orçamentária e financeira às necessidades da ESAF

1.3 Estratégias de Atuação

A ESAF vem, ao longo de sua existência, organizando e executando atividades de capacitação e desenvolvimento em todo o território nacional, no âmbito da administração direta ou indireta do Serviço Público das três esferas de Governo, municipal, estadual ou federal, ministrando, inclusive, cursos à distância.

Os eventos de âmbito nacional são coordenados pela unidade central e as atividades regionais de capacitação e desenvolvimento e de recrutamento e seleção são exercidas pelas diretorias regionais CENTRESAF, que assumem a responsabilidade pela realização de projetos nessas áreas.

As oportunidades de capacitação oferecidas pela ESAF inserem-se na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que tem entre suas finalidades a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos por meio do desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições. Resultam, ainda, do esforço de universalização, compartilhamento e integração das ações de capacitação, com maior racionalização e economicidade dos recursos aplicados, de acordo com os objetivos preconizados pela Portaria MF nº 245, de 2 de outubro de 2007.

Os eventos foram estruturados em trilhas de capacitação: Gestão; Tributação; Orçamento e Finanças e Promoção e Defesa das Atividades Econômicas, alinhados aos macros processos fazendários.

Destaca-se abaixo o Quadro Geral das Capacitações realizadas pela Escola de Administração Fazendária – ESAF: SIGEP

ESAF	ÁREA EXECUTORA	CAPACITAÇÃO							
		CURSO DE FORMAÇÃO	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	CURSOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	OUTROS CURSOS E TREINAMENTOS	CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, PAINEL, FÓRUM	OFICINA (WORKSHOP) E GRUPO DE TRABALHO	TELECONFERÊNCIA E VÍDEOCONFERÊNCIA	TOTAL
ÓRGÃOS CENTRAIS	CECAB	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	CEEAD	0	0	43.213	544	0	0	0	**43.757**
	CEFOR	451	0	55	135	0	0	0	**641**
	DIRAD	0	0	55	0	0	0	0	**55**
	DIRAT	0	0	55	1.358	5.798	1.356	0	**8.567**
	DIRCO	0	0	55	57	210	15	0	**337**
	DIRED	0	25	55	0	130	113	0	**323**
	DIRES	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	DIRGE	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	GEREF	0	0	0	0	99	0	0	**99**
	GERTI	0	0	55	1.120	14	0	0	**1.189**
	PREFEITURA	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	TOTAL SEDE	**451**	**25**	**43.543**	**3.214**	**6.251**	**1.484**	**0**	**54.968**
ÓRGÃOS REGIONAIS	Centresaf – RJ	0	0	55	3.177	656	352	0	**4.240**
	Centresaf – MG	0	0	55	4.863	469	25	0	**5.412**
	Centresaf – BA	0	0	110	929	92	424	0	**1.555**
	Centresaf – RS	0	0	55	2.957	77	301	0	**3.390**
	Centresaf – CE	0	69	55	1.154	877	44	0	**2.199**
	Centresaf – PA	0	0	55	1.491	216	35	0	**1.797**
	Centresaf – PE	0	0	55	1.794	602	300	0	**2.751**
	Centresaf – PR	0	0	55	1.270	334	50	15	**1.724**
	Centresaf – SP	0	0	55	2.270	102	70	77	**2.574**
	Centresaf – DF	85	0	55	3.366	550	35	0	**4.091**
	TOTAL REGIONAIS	85	69	605	23.271	3.975	1.636	92	**29.733**
TOTAL GERAL		**536**	**94**	**44.148**	**26.485**	**10.226**	**3.120**	**92**	**84.701**

Destaca-se abaixo o Quadro Geral de Outras Participações realizadas pela Escola de Administração Fazendária – ESAF: SIGEP

ESAF	ÁREA EXECUTORA	OUTRAS PARTICIPAÇÕES									
		PROCESSO SELETIVO (CONCURSO PÚBLICO)	CONCURSO DE MONOGRAFIA	CONFERÊNCIA E PALESTRA	EXPOSIÇÃO E FEIRA	PESQUISA EM FINANÇAS PÚBLICAS	REUNIÃO E ENCONTRO	TELECONFERÊNCIA E VIDEOCONFERÊNCIA	CESSÃO DE ESPAÇO E APOIO LOGÍSTICO	OUTROS	TOTAL
ÓRGÃOS CENTRAIS	CECAB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	CEEAD	0	0	0	0	0	0	0	0	238	238
	CEFOR	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	DIRAD	0	0	0	0	0	0	0	0	49	49
	DIRAT	0	0	218	0	0	1.664	0	75	90	2.047
	DIRCO	0	0	0	0	0	60	0	0	278	338
	DIRED	0	100	0	0	12	0	0	0	0	112
	DIRES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	DIRGE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	GEREF	0	0	0	0	0	0	0	0	616	616
	GERTI	0	0	0	0	0	101	0	0	0	101
	PREFEITURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL SEDE	21	100	218	0	12	1.825	0	75	1.271	3.522
ÓRGÃOS REGIONAIS	Centresaf – RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	170	170
	Centresaf – MG	0	0	848	0	0	61	0	0	0	909
	Centresaf – BA	0	0	135	74	0	46	0	0	0	255
	Centresaf – RS	0	0	609	0	0	0	0	0	5	614
	Centresaf – CE	0	0	104	0	0	0	0	0	15	119
	Centresaf – PA	0	0	129	0	0	338	0	0	0	467
	Centresaf – PE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Centresaf – PR	0	0	35	0	0	0	0	0	148	183
	Centresaf – SP	0	0	74	0	0	0	0	0	0	74
	Centresaf – DF	0	0	287	0	0	11	0	0	40	438
	TOTAL REGIONAIS	0	0	2.221	74	0	556	0	0	378	3.229
TOTAL GERAL		**21**	**100**	**2.439**	**74**	**12**	**2.381**	**0**	**75**	**1.649**	**6.751**

OBSERVAÇÃO sobre os Quadros Acima.: Na coluna "Processo Seletivo", o número apresentado refere-se a processo seletivo interno para cargos de dirigentes do MF e não contempla os processos seletivos externos.

A Escola desenvolve, organiza e executa atividades de recrutamento e seleção em todo o território nacional, na Administração direta e indireta do Serviço Público, nas esferas municipal, estadual e federal, por intermédio de suas unidades centrais, de profissionais capacitados para o desempenho da gestão de funções públicas.

Unidades Centrais correspondentes ao Diretor-Geral, aos Diretores-Adjuntos e as Diretorias, Coordenações e Gerências.

1.4 Direção-Geral da ESAF - DIRGE

Competem à Direção-Geral da ESAF – DIRGE as atribuições decisórias relativas às finalidades da Escola, cabendo-lhe, em especial, estabelecer o direcionamento estratégico para a instituição, sugerindo a hierarquização e a subordinação das unidades organizacionais.

A Direção-Geral estabelece o direcionamento institucional para planejamento, organização, serviços e outras atividades da Escola. Compete-lhe também aprovar programas, definir estratégias de atuação, monitorar a sustentabilidade das ações, cumprir e fazer com que se cumpram as regras e preceitos normativos emanados pelo Ministério da Fazenda e por outros níveis da Administração Pública Federa nos temas que lhe dizem respeito.

Dentre os processos supervisionados diretamente pela Direção-Geral encontram-se a gestão do Contencioso de Cursos e Concursos – CONTE, a Comunicação Social - CS e a Unidade de Controle Interno - UCI.

O Conte coordena, orienta e supervisiona atividades relativas à pesquisa e à elaboração de informações que devam ser prestadas em razão de questionamentos sobre cursos e concursos realizados pela ESAF. Além dessas atividades, o Conte pronuncia-se sobre minutas de atos normativos a serem expedidos e sobre procedimentos administrativos disciplinares, submetidos à decisão da DIRGE. Colabora também na redação de minutas de editais de concursos, convênios, acordos e ajustes de uma maneira geral.

O processo de Comunicação Social foi reinstaurado na Escola em agosto de 2010 e atua com duas jornalistas. Atualmente é produzido um boletim quinzenal, enviado a todos os servidores do quadro

interno, com foco nas necessidades de informação deste público-alvo. A ESAF mantém o sítio www.esaf.fazenda.gov.br, um dos principais meios de comunicação com todos os públicos de interesse. Em 2010 foi iniciada a reestruturação do sítio, em plataforma tecnológica mais avançada e com nova filosofia de organização do conteúdo, com previsão de substituição do atual em 2012.

Ainda no processo de Comunicação Social, a ESAF passou a utilizar-se das redes sociais, com a criação de perfil institucional no Facebook. Para alcançar grupos de público específicos, são utilizadas listas públicas de distribuição de emails para servidores do Ministério da Fazenda e demais ministérios e órgãos. Outro programa instituído em 2011 foi o "Diálogos com a ESAF", que consiste na gravação de vídeos publicados no sítio da Escola, com entrevistas de gestores públicos, professores e outras fontes de informação. O objetivo deste programa é compartilhar conhecimentos sobre projetos, programas e iniciativas de órgãos públicos, com foco na melhoria que tais iniciativas trazem para a administração pública e para a sociedade em geral.

A Unidade de Controle Interno foi criada em agosto de 2011 e possui as responsabilidades de assessorar a Direção-Geral com informações de caráter preventivo e estar voltada para a correção de eventuais desvios em relação aos Objetivos Institucionais da Escola, prestando o apoio às Unidades Centrais e Descentralizadas, prevalecendo, como instrumento auxiliar na gestão da ESAF.

1.5 Diretoria de Recrutamento e Seleção – DIRES

- **Sistematizar, planejar, supervisionar, orientar e controlar o recrutamento e a seleção de pessoal para preenchimento de cargos do Ministério;**

A Escola desenvolve, organiza e executa atividades de recrutamento e seleção, em todo o território nacional, na Administração direta e indireta do Serviço Público, nas esferas municipal, estadual e federal, por intermédio de suas unidades descentralizadas, de profissionais capacitados para o desempenho da gestão de funções públicas.

A realização de concursos públicos, seja para o Ministério da Fazenda, seja para instituições conveniadas, constitui-se numa importante atividade para a ESAF, considerando que, a cada concurso realizado, verifica-se o crescimento da confiança que toda a Administração Pública e a

população depositam nos serviços da Escola. Ao mesmo tempo, esses serviços vão ganhando em qualidade, uma vez que a ESAF – a par da experiência acumulada durante os mais de trinta anos em que realiza concursos públicos – busca permanentemente novas tecnologias para o desempenho dessas atividades, sem perder de vista a seriedade, o sigilo, a transparência e a respeitabilidade.

A ação que alicerçou o trabalho da DIRES em 2011, descrita no Plano Plurianual, revelou-se prejudicada, dadas as circunstâncias relacionadas ao Decreto de Contenção de Gastos, onde foram suspensas as realizações de concursos públicos em nível federal.

AÇÃO: 2250 – Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins - Recrutamento e Seleção:

Nesse sentido, vale pontuar que a DIRES não tem governabilidade sobre quando e quais órgãos serão autorizados a realizar concursos públicos em determinado exercício, para preenchimento de vagas em seus quadros funcionais. Não se sabe também, "*a priori*", quais desses órgãos darão preferência à ESAF para realização das seleções autorizadas. Por essas razões, a quantidade de candidatos selecionados é de certa forma aleatória, condicionada às condições físicas e materiais da DIRES em atender as demandas dos órgãos parceiros, bem como da decisão deles em realizar os certames com a Escola. Por outro lado, o ajuste da economia brasileira, imposto pelo Governo, acarretou drástica redução dos concursos públicos em 2011.

Dessa forma, a DIRES assume sua finalidade básica de recrutar e selecionar pessoas, contribuindo para a modernização das instituições que atuam na área de finanças públicas e propiciando os meios para a busca permanente da qualidade na gestão das finanças públicas.

Com a experiência acumulada ao longo de sua existência e com a possibilidade de rápida mobilização de sua infraestrutura em todo o território nacional - por meio dos Centros Regionais de Treinamento - CENTRESAF, e, nos Estados que não possuem CENTRESAF, das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda – SAMF e, ainda, de unidades da Receita Federal do Brasil - a DIRES vem desempenhando atividades relacionadas a recrutamento e seleção, contando na Sede com força de trabalho composta de equipe de 15 servidores, que detêm vasta experiência na área.

Para o desempenho a contento do papel que lhe cabe como Diretoria responsável pelos concursos públicos, tanto para o Ministério da Fazenda como para órgãos da administração pública, nos três níveis de governo, a DIRES procura permanentemente se municiar de recursos humanos, materiais, intelectuais e logísticos para o desempenho de suas funções, que, nos últimos anos, tem se materializado positivamente pelo alto nível de renomados profissionais e especialistas contratados

para a consecução dos objetivos inerentes à sua atuação, seja na logística, na execução, na aplicação de provas ou na composição de bancas examinadoras.

Após a execução dos concursos públicos, a ESAF, por intermédio do Centro Estratégico de Formação e Educação Permanente – CEFOR realiza a formação inicial desses candidatos a servidores públicos, selecionados na primeira etapa pela DIRES. A Diretoria, dessa forma, produz os elementos norteadores para a formação inicial e a educação continuada, contribuindo significativamente com a administração pública brasileira ao selecionar o melhor candidato a ocupar função pública.

Especificamente em 2011, por força do Decreto de Contenção de gastos e, em consequência da não autorização de concursos públicos, não foram realizados pela DIRES certames públicos no exercício.

Com o slogan "Uma saudável parceria entre DIRES e CEEAD, realizou-se em 2011 o FOCO – Formação em Concurso Público".

O aperfeiçoamento dos procedimentos de recrutamento e seleção ganhou impulso no exercício de 2011, considerando que a Diretoria pode dedicar-se à coordenação do FOCO como projeto prioritário.

O curso FOCO é requisito para todos os que trabalham em concursos públicos promovidos pela ESAF, e o objetivo é que se incorporem nesse esforço os servidores que detém vasta experiência e que têm muitas contribuições a ofertarem ao longo do curso. A expectativa foi que a Escola conquistasse cem por cento dos servidores treinados, para que o nível de disfunção em concurso público tendesse a zero. A área de concursos públicos sai na frente com esta iniciativa, que será exemplo para outras áreas da administração pública.

O Curso FOCO foi concebido e alinhado à proposta pedagógica da Escola, que considera a necessidade de o colaborador em concurso público ser treinado e desenvolvido de forma integral e abrangente, e ao mesmo tempo totalmente convergente às exigências dos critérios e normativos de concursos, que se orientam pelos quatro saberes: saber ser, saber conviver, saber aprender e saber fazer. O curso busca contribuições saudáveis, participação, criatividade, aperfeiçoamento e renovação, em alinhamento às regras, orientações e preceitos que já estão consolidados nos manuais sobre concurso público elaborado pela DIRES.

Por este motivo, o curso foi elaborado para contemplar as vertentes relacionadas à proposta pedagógica, desenhado em quatro módulos – Atendimento, Gerenciamento, Hierarquia em Concurso Público e Procedimentos relacionados às atividades do Executor, do Itinerante e do Fiscal, totalizando 68 horas de treinamento à distância. Ao final de cada módulo, é proposta prova avaliativa, com certificado de participação, sendo necessário para emissão do certificado o

aproveitamento mínimo de 70% por módulo, passando estes a serem pré-requisitos para o credenciamento como colaborador da ESAF em concurso público. A meta foi atingida parcialmente, totalizando mais de 7.500 colaboradores capacitados pelo FOCO em 2011.

Com esta iniciativa, o objetivo estratégico insculpido no mapa estratégico - "Aprimorar o processo de recrutamento e seleção da ESAF" foi realizado de maneira satisfatória, propiciando retorno significativo a esse importante processo da Escola.

Outro projeto que merece destaque é a concepção e desenvolvimento do Sistema de Gestão em Concursos Públicos – SISCON. O Sistema ganhou fôlego nesse exercício pela disponibilidade da equipe da DIRES em priorizar as ações relacionadas ao levantamento de requisitos e testes no Sistema, ainda em fase de homologação. Esse sistema irá propiciar maior autonomia da Escola na condução de concursos públicos especificamente no que se refere ao processamento eletrônico de dados, impressão de cartões de resposta e lista de presença, além de possibilitar interface com o candidato e com as bancas examinadoras.

Ferramentas utilizadas para atingir o objetivo estratégico - A Diretoria lançou mão da parceria com o Centro Estratégico de Ensino à Distância – CEEAD para a realização do FOCO. Foram recrutados e selecionados 57 tutores para atuarem nas 7 turmas do curso ao longo do exercício. Recursos logísticos relacionados diretamente às "*openmeetings"* realizadas, bem como nas reuniões presenciais e virtuais, aulas inaugurais, utilizaram salas de aula, auditório, computadores, projetores e equipamentos de transmissão de vídeo, além do esforço conjunto que mobilizou equipes tanto da DIRES quanto do CEEAD na execução do projeto.

Dificuldades enfrentadas - A carência de pessoas nas duas equipes dificultou em muito a execução do projeto. Especificamente a falta de estrutura na equipe do CEEAD gerou transtornos relacionados à retribuição financeira aos tutores e supervisores do FOCO.

Qualidade do Gasto - O curso FOCO, realizado a distância, ensejou economias substanciais relacionadas principalmente com a minimização de deslocamentos e redução na impressão de material didático, otimizando assim a amplitude do conhecimento com a economia do gasto.

O curso FOCO foi criado com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do processo de recrutamento e seleção da ESAF. O trabalho desenvolvido marcou o alcance de uma etapa de sucesso do projeto, que certamente se estenderá a todos os colaboradores de concursos públicos realizados por esta Escola, que possibilitou ainda a obtenção de importante avanço na vida pessoal e profissional de cada um que se dedicou e se disponibilizou para sua formação nesse projeto, e ainda contribuiu para: a sociabilização e a interação entre os servidores da Escola, do Ministério da

Fazenda e da administração pública como um todo; a inclusão digital; a discussão sobre temas de relevância para o sucesso dos concursos públicos; o cumprimento do objetivo estratégico insculpido no mapa estratégico da ESAF; a minimização das disfunções em concurso público; o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores.

1.6 Diretoria de Cooperação Técnica – DIRCO

- **desenvolver e manter programas de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais sobre matéria de interesse do Ministério;**

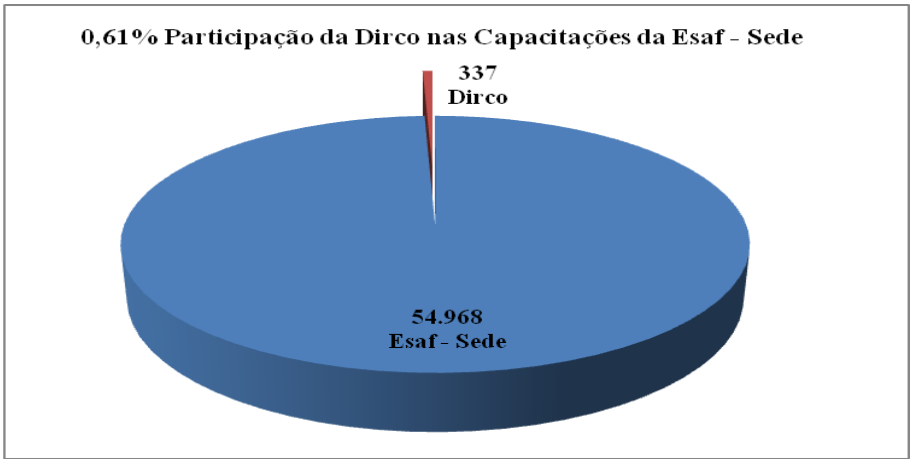
Em abril de 2011, a Diretoria de Cooperação Técnica – DIRCO passou por uma reestruturação de pessoas e processos o que contribuiu significativamente para atingir a finalidade institucional da ESAF. Neste processo, apesar das limitações estruturais e da falta de cargos, implementou formulários padrão de solicitação de eventos, de cooperação e de visitas técnicas. Definiu os fluxos para celebração de acordos de cooperação, mapeou os processos de eventos da DIRCO e do CECAB e elaborou POPS das atividades. Recrutou e selecionou servidores, estabeleceu metas para cada um dos colaboradores, inclusive de capacitação continuada.

No que tange o marco estratégico da Escola, seu principal objetivo foi alterado ficando definido que para obter excelência em prospecção, desenvolvimento e disseminação do conhecimento a DIRCO deve “ampliar e implementar parcerias estratégicas nacionais e internacionais”. Além deste objetivo estratégico a DIRCO trabalhou em 2011 buscando resultados para “fortalecer as atividades de estudos e pesquisas”, para “aperfeiçoar a comunicação interna e externa” e para “aprimorar e padronizar os processos de trabalho”.

Em 2011 a ESAF/DIRCO definiu como prioridade a implementação dos acordos firmados em 2009 e 2010 e dar andamento à negociação de novos acordos. Em cumprimento a essa diretriz, a DIRCO realizou 30 (trinta) ações de cooperação decorrentes de acordos firmados com diversos organismos internacionais (cooperação multilateral) e instituições governamentais (cooperação bilateral), sendo:

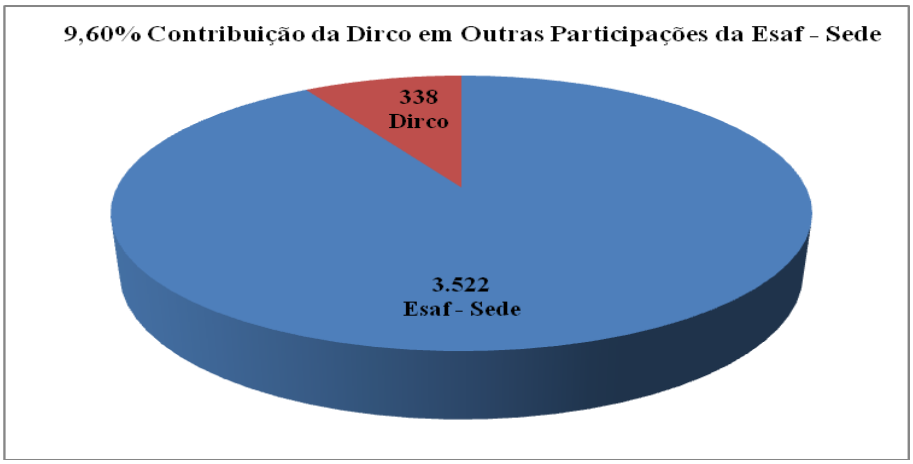
- 09 (nove) cursos que capacitaram 282 (duzentos e oitenta e dois) servidores brasileiros, da América Latina e dos países CPLP;
- 14 (quatorze) oficinas e seminários abrangendo a participação de 689 (seiscentos e oitenta e nove) servidores brasileiros e estrangeiros; e
- 7 (sete) visitas técnicas recebidas para apresentar a escola aos 121 (cento e vinte e um) visitantes entre delegações de outros países e estudantes.
- Finalmente a ESAF, por intermédio da DIRCO, vem contribuindo, assim, para a consolidação da liderança do Brasil na capacitação e disseminação do conhecimento em finanças públicas entre diversos países, mais especificamente os da América do Sul, assim como na solidificação do apoio oferecido aos países da CPLP.

Gráfico 01 – Capacitações da Dirco



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 02 – Outras Participações Dirco



Fonte: ESAF-SIGEP

1.7 Diretoria de Educação - DIRED

- **Planejar e promover pesquisa básica e aplicada e sistematizar, planejar, supervisionar, a gestão do conhecimento no âmbito do Ministério.**

A DIRED realizou as seguintes atividades em 2011: Desenvolvimento de cursos de pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*) nos temas de finanças públicas e áreas correlacionadas, em conformidade às necessidades do Ministério da Fazenda, realizados diretamente pela Diretoria ou mediante parcerias com universidades ou fundações de pesquisa, observada a legislação pertinente; Estudos e pesquisas na área de finanças públicas, em assuntos de interesse do Ministério da Fazenda, por meio de grupos de pesquisa e Prêmios de Monografias; Administração das atividades da Biblioteca, inclusive quanto à gestão de suas publicações, e Administração das atividades da Secretaria Escolar, incluindo a preservação do acervo educacional.

Em 2011, a DIRED concluiu a segunda turma do curso de especialização em Educação Fiscal e Cidadania, a primeira turma de Administração Orçamentário-Financeira e de Direito Tributário, deu continuidade às turmas dos cursos de especialização em Administração Orçamentário-Financeira e em Direito Tributário, e abriu um novo curso de especialização em Governo Eletrônico.

Esses cursos são realizados na sede da ESAF em Brasília, em conformidade com a Portaria MEC nº 520, de 29/04/2008, que conferiu à Escola credenciamento especial para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Em 2011 houve a continuidade de dois cursos de mestrado profissional (pós-graduação *stricto sensu*), firmados por parceria entre a ESAF e a Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação da DIRED. No ano, com a defesa das dissertações, foi concluída a 1ª turma do Mestrado em Administração, com foco em Orçamento Público. As aulas do Mestrado em Economia do Setor Público, na sua 6ª versão, também foram concluídas em 2011 e os alunos têm prazo até o final do primeiro semestre de 2012 para realizarem a defesa dos seus trabalhos de pesquisa. Teve início em

parceria com a Fundação Getúlio Vargas-FGV o curso de especialização em Gestão Corporativa voltado para os servidores da Receita Federal.

As atividades de estudos e pesquisas da ESAF deram continuidade com a realização dos Prêmios de Monografias, a 2ª edição dos programas de estudos e pesquisas – o Programa de Estudos do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB) e o Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas.

No ano de 2011 foram realizados cinco concursos de monografias: 6º Concurso de Monografias da Controladoria Geral da União – CGU; VI Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica; IV Prêmio SOF de Monografias; Prêmio de Criatividade e Inovação Auditor-Fiscal da Receita Federal José Antonio Schöntag - 10ª edição; XVI Prêmio Tesouro Nacional.

Com o objetivo de promover, realizar e divulgar estudos sobre temas ligados às finanças públicas e que sejam relevantes para o fortalecimento das relações federativas no Brasil, o programa de estudos do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros - FFEB contou com a participação de técnicos indicados pelas secretarias de fazenda, finanças e tributação dos Estados para a produção do conhecimento em 4 temas: reforma tributária, análise do desempenho de receitas estaduais e transferências intergovernamentais, sistemas de previdência social e contabilidade aplicada ao Setor Público. Os temas foram distribuídos em 4 núcleos, cada qual funcionando sob a orientação de um professor especialista selecionado pela DIRED.

Programa em que foram realizados estudos sobre os temas: orçamento público, gasto público e dívida pública; comércio exterior e finanças internacionais; gestão fazendária; tributos e receitas públicas. Os temas foram distribuídos em 4 grupos de estudos, e estes estudos foram realizados por servidores federais ou municipais, sob a coordenação de orientadores com titulação de mestre ou doutor e experiência na linha temática em que atuou.

Os trabalhos apresentados no FFEB e no Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas onde serão publicados pela ESAF, na 10ª edição do Caderno de Finanças Públicas, em 2011.

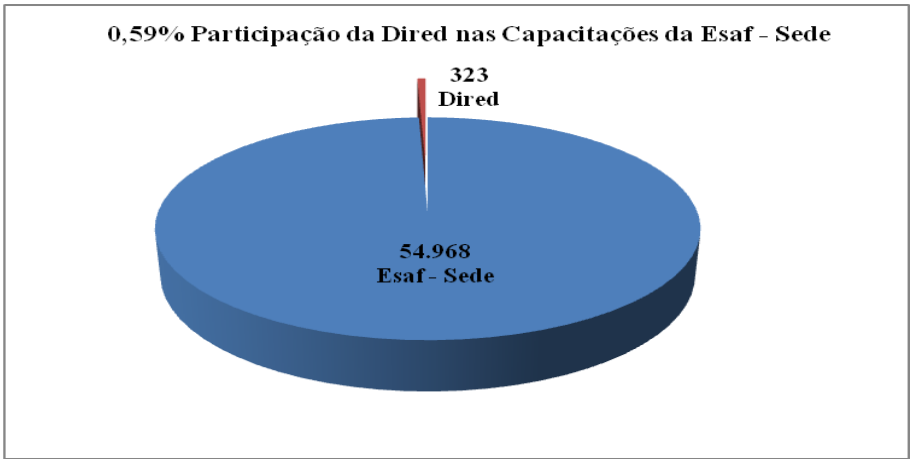
A Biblioteca da ESAF é responsável por apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela ESAF, bem como pela gestão das publicações da ESAF, dentre elas o Caderno de Finanças Públicas. A utilização das instalações do acervo e dos serviços da Biblioteca está regulamentada pelas Portarias ESAF nº 96 e 118/2009.

A Secretaria Escolar é responsável pela emissão de certificados ou declarações de participação ou aproveitamento em atividades de ensino desenvolvidas pela ESAF, conforme disposto nas Portarias ESAF nº 165/2008 e 108/2009, e também pela preservação do acervo educacional da Escola, devidamente guardado em arquivo no depósito.

As principais realizações da Secretaria Escolar em 2011 foram: Emissão de Certificados e Declarações: em 2011 foram emitidos 8.154 certificados e 1.375 declarações; Livros de registro escolar: Foi desenvolvido e criado o livro digital, substituindo o processo manual de registros de emissão de certificados, sendo gerados 37 livros contendo 300 registros em cada, todos devidamente encadernados e arquivados.

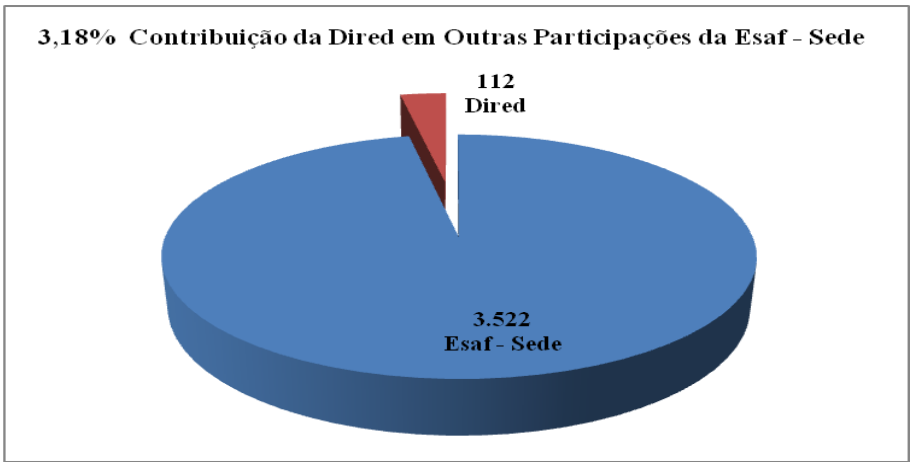
Foi atribuída a Secretária Escolar a partir de setembro de 2011, a validação das Fichas de Informações Curriculares dos colaboradores da ESAF, conforme portaria N° 58 de 30/05/2011. Atualmente existem aproximadamente quatro mil em cadastro que migraram para o sistema SIGEV, sendo a atualização feita diariamente através dos setores demandantes.

Gráfico 03 – Capacitações da Dired



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 04 – Outras Participações Dired



Fonte: ESAF-SIGEP

1.8 Diretoria de Atendimento - DIRAT

A Diretoria de Atendimento e Coordenação de Programas – DIRAT, tem a função precípua de planejar e coordenar programas, bem como executar e supervisionar congressos, seminários e outros cursos realizados na sede da ESAF, realizaram no ano de 2011 - 196 (cento e noventa e seis) eventos diversos com um total de 15.187 (quinze mil, cento e oitenta e sete) participantes, sendo desse total,

8.689 (oito mil, seiscentos e oitenta e nove) servidores do Ministério da Fazenda e 6.498 (seis mil, quatrocentos e noventa e oito) de outros órgãos como CGU, Presidência da República, MPOG, BID, entre outros. Esse número de participantes inclui as capacitações realizadas pelos CENTRESAF, supervisionadas pela DIRAT.

Com relação aos Objetivos Estratégicos, a DIRAT executou cursos abertos, oferecidos para todos os órgãos da administração pública, e fechados, executados para atender demanda específica de órgão-parceiro. Entre os eventos realizados cabe destacar a VIII Semana Orçamentária, que tem por objetivo atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal, além de propiciar capacitação dos servidores e gestores públicos federais, estaduais e municipais envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos.

O espaço físico tornou-se fator determinante para que a DIRAT atingisse o seu objetivo em diversas cidades do território nacional. Esse mecanismo estratégico ajudou a Diretoria de Atendimento da ESAF a preparar melhor os seus instrutores, tanto na parte pedagógica como na preparação do material didático.

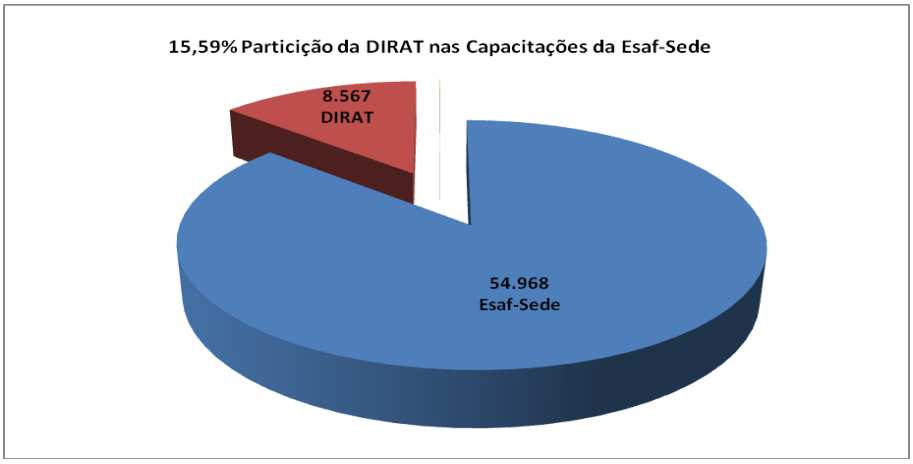
Para realização dos eventos a DIRAT contou, na Sede, com força de trabalho composta de equipe de 10 (dez) servidores, que detêm vasta experiência na área.

Dentre as dificuldades que foram elencadas, a carência de pessoas mostrou-se como fundamental para que a execução dos projetos fosse bem sucedida. Outra dificuldade foi à restrição orçamentária imposta pela Administração Pública , por meio do Decreto de Contingenciamento.

N qualidade do gasto, pode-se considerar que praticas adotadas nos cursos realizados de forma a proporcionar economias substanciais relacionadas, principalmente, com a minimização de deslocamentos de instrutores e redução na impressão de material didático. Para a atividade de instrutoria, optou-se pela convocação de servidores em exercício em Brasília, desde que mantidas a qualidade e a experiência, reduzindo, substancialmente, custos com diárias e passagens.

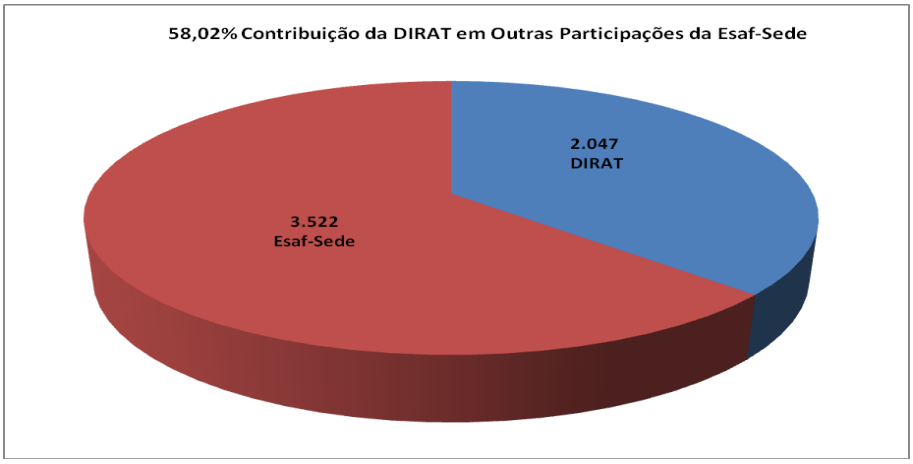
A DIRAT contribuiu de forma estratégica para que a Escola alcançasse os seus objetivos, principalmente aqueles que tratam da promoção e a formação dos profissionais do Ministério da Fazenda, além de estender-se para outros órgãos da Administração Pública nas Três esferas de governo.

Gráfico 05 – Capacitações da Dirat



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 06 – Outras Participações da Dirat



Fonte: ESAF-SIGEP

1.9 Diretoria de Administração - DIRAD

- **administrar o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE, de natureza contábil, de que trata o Decreto nº 73.115, de 8 de novembro de 1973.**

A Diretoria de Administração (DIRAD) segue as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), de Serviços Gerais (Sisg), de Administração dos Recursos de Informação e Informática (Sisp), de Nacional de Arquivos (Sinar), de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal.

A Diretoria de Administração incumbe à responsabilidade de dirigir e coordenar a execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, comunicação administrativa e multimeios; de programação, execução e controle orçamentário e financeiro, inclusive no que se refere ao FUNTREDE; de serviços de infraestrutura do "campus" da Escola; e de apoio administrativo às unidades centrais e descentralizadas. Também compete ao setor dar suporte às atividades da Comissão de Licitação da ESAF, no que tange aos editais de licitações, à realização de pregões eletrônicos e à adjudicação de compras e serviços, conforme previsto na legislação vigente.

A Diretoria de Administração contribuiu no exercício de 2011 para que todos objetivos estratégicos da ESAF pudessem ser implementados. O apoio logístico e financeiro foi fator relevante para que todas as áreas da Escola desenvolvessem seus projetos, nesse sentido, o objetivo principal da escola, que é o de transformar-se e ser reconhecida como centro de referência no conhecimento em gestão das finanças públicas e na promoção da cidadania fiscal.

O objetivo 10 da ESAF é o de padronizar e aprimorar os processos de trabalho. Nesse sentido, a contribuição da Área Administrativa durante o primeiro semestre de 2011 se deu na elaboração do Planejamento Estratégico. As ações foram orientadas pelo Diretor-Geral, que acompanhou o alcance das metas estipuladas nos 28 indicadores do sistema metas 2011, e que considerou para a tomada de decisão o nível de maturidade de cada um dos indicadores, no sentido da fonte de coleta e da confiabilidade desses dados. A gestão viabilizou o encontro de revisão da estratégia da Escola,

incluindo, Visão, Missão, Valores, Objetivos Estratégicos e seus respectivos indicadores (metodologia Balanced Scorecard). Durante três dias, todos os diretores da sede e dos CENTRESAF se reuniram com o objetivo de refletir sobre esses aspectos. Esta estratégia teve continuidade no segundo semestre pela nova Direção da ESAF, validando os resultados alcançados na reunião de revisão da gestão anterior. Com base nesses avanços, foi dada continuidade à metodologia, inserindo alguns resultados a serem alcançados durante a nova gestão, o que viabilizou a escolha de 31 projetos estratégicos.

Uma vez alcançados seus respectivos resultados, em 2012, tais projetos estratégicos irão alavancar o alcance dos objetivos fundamentais já estabelecidos pela ESAF. Outra ação do Planejamento Estratégico em 2011 foi iniciado os trabalhos de mapeamento dos processos de trabalho, que, por meio de uma parceria com o SERPRO e o Programa de Modernização e Integração do Ministério da Fazenda - PMIMF, foram definidas a metodologia, o software que será utilizado para iniciar o mapeamento nas áreas da Escola.

Vale ressaltar que essas ações foram direcionadas pela Secretaria Executiva do MF no sentido de envolver todas as unidades do Ministério para compor o PMIMF, a viabilização desses trabalhos foi por meio de oficinas, nesse método, estabeleceu-se duas frentes de trabalho. A primeira foi a do Planejamento Estratégico do MF e depois o Escritório de projetos e processos.

Sobre o monitoramento dos programas da ESAF que estão contidos no PPA, destaca-se o Programa 0777 – Capacitação de Servidores Públicos e o Programa 8010 – Programa Nacional de Educação Fiscal. É importante ressaltar que as informações dispostas nos quadros específicos deste relatório, dizem respeito às ações que foram desenvolvidas durante o exercício de 2011.

Mesmo com a mudança na Gestão da ESAF, a estratégia que fora estabelecida pela Gestão anterior, foi priorizada e incrementada para tornar possível o cumprimento de sua Missão Institucional.

O quadro de servidores da ESAF manteve-se praticamente inalterado, mas a Diretoria de Administração, juntamente com a SPOA/COGRH, uniram esforços para priorizar a seleção de pessoal terceirizado e estágios com empresas contratadas, para suprir às necessidades de todas as áreas da ESAF, inclusive, as descentralizadas.

Quanto à adequação das disponibilidades orçamentárias e financeiras, a área administrativa contou com o apoio da Divisão Orçamentária e Financeira - DIOFI que tem a responsabilidade de planejar a distribuição de recursos, registrar a utilização e promover os reescalonamentos, caso sejam necessários. Além disso, administra o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (FUNTREDE), de natureza contábil, de que trata o Decreto nº 73.115, de 8 de novembro de 1973.

Destaca-se pelo importante papel de intermediador no campo de recursos humanos, Coordenando o Comitê de Gestão com Pessoas, cuja atribuição diz respeito à movimentação de pessoas lotadas na Escola.

No Setor de Licitações e Contratos, em 2011, foram 195 processos relativos à contratações nas modalidades de compras por dispensa, inexigibilidade e pregão eletrônico, entre os quais destaca-se o processo de maior relevância para a Escola, o do Sistema de Ar Condicionado.

E por fim, durante o exercício de 2011, a ESAF hospedou 1.225 servidores, totalizando 5.244 diárias e obteve uma arrecadação de R$ 242.125,00. Com relação ao exercício anterior, houve uma diminuição de 45% nas hospedagens e arrecadou-se 50% menos que o mesmo período de 2010.

1.10 Centro Estratégico de Educação a Distância - CEEAD

O Centro Estratégico de Educação a Distância - CEEAD realiza capacitação, treinamento e formação permanente de servidores do Ministério da Fazenda e outros órgãos na modalidade à distância.

As ações desenvolvidas pelo CEEAD estão alinhadas com o decreto 5.707 de 2006, que prevê no art.2º parágrafo III - os eventos de capacitação nas modalidades presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

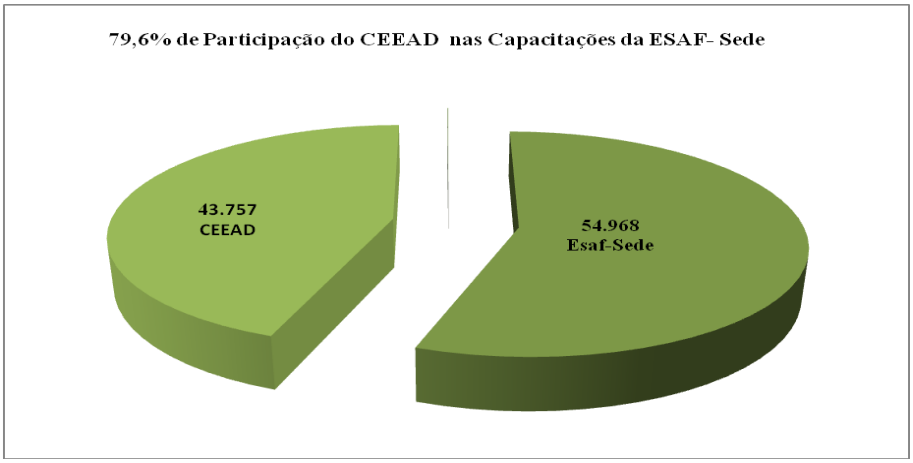
O planejamento para os investimentos em Programas Educacionais mediados pelas novas tecnologias torna-se imperativo, tendo em vista a busca do cumprimento de metas e alcance dos resultados da ação educacional previstos nas trilhas de capacitação da ESAF. A composição da estrutura curricular dos cursos é organizada privilegiando a aprendizagem flexível que permite o acesso ao conhecimento de um grande número de servidores de forma democrática.

Em 2011, o CEEAD ofereceu 55 cursos, os quais tiveram como resultado 43.757 servidores públicos capacitados em diversas áreas de conhecimento relacionadas aos macros processos tributários, em parceria com os órgãos do governo, RFB, PNUD, SPOA, CGU, PGFN, STN, Secretarias de Fazenda Estaduais, Secretarias de Educação Estaduais, Ministério do Planejamento e Ministério da Educação.

Para obter esses resultados a Coordenação de Ensino a Distância enfrentou dificuldades na contratação de recursos humanos e tecnológicos para cumprir as suas atribuições.

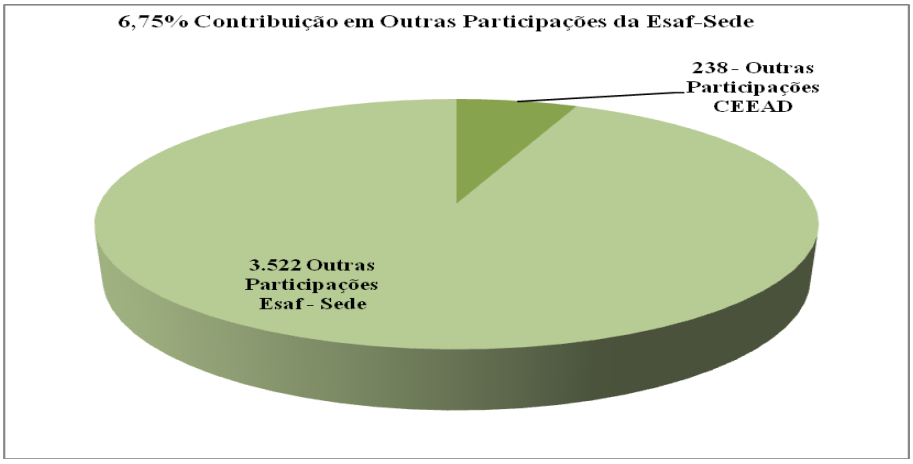
Vale ressaltar que a ampliação da oferta de cursos e eventos à distância com a utilização de novos mecanismos tecnológicos na Educação a distância contribuiu aproximadamente com 79% das capacitações da ESAF.

Gráfico 07 – Capacitações do CEEAD



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 08 – Outras Participações do CEEAD



Fonte: ESAF-SIGEP

1.11 Formação Continuada - Centro Estratégico de Formação Continuada - CEFOR

- **planejar e executar cursos, projetos e atividades de recrutamento, seleção e treinamento que venham a ser conveniados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com organismos nacionais e internacionais; e**

O Centro Estratégico de Formação e Educação Permanente - CEFOR realiza atividades presenciais relacionada à formação inicial e continuada, bem como ao desenvolvimento de carreiras técnicas (inclusive para fins de promoção funcional) e de dirigentes dos Órgãos e Entidades Públicas demandantes, em especial Órgãos de Fazenda Pública de todas as esferas de governo.

A formação inicial pode configurar etapa de concursos públicos realizados integral ou parcialmente pela ESAF ou curso de ambientação e capacitação de servidores recém-ingressos no Serviço Público. No ano de 2011, foram realizados eventos com um total de 734 (setecentos e trinta e quatro) participantes, ao custo total de R$ 1.194.870,35 (um milhão, cento e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta reais e trinta e cinco centavos), envolvendo servidores da Secretaria Executiva, Receita Federal do Brasil - RFB, Secretaria do Tesouro Nacional, Controladoria Geral da União – CGU, Agência Nacional de Águas e Ministério do Trabalho. Esse número de participantes inclui as capacitações realizadas pelos CENTRESAF, supervisionadas pelo CEFOR.

Após a execução dos concursos públicos, o CEFOR realiza a formação inicial desses candidatos a servidores públicos, selecionados na primeira etapa pela DIRES. Dessa forma, o CEFOR assume sua finalidade básica de promover a formação inicial de pessoas, contribuindo para a modernização das instituições que atuam na área de finanças públicas.

Com a experiência acumulada ao longo de sua existência e com a possibilidade de rápida mobilização de sua infraestrutura em todas as regiões do território nacional - por meio dos Centros Regionais de Treinamento – CENTRESAF - o CEFOR vem desempenhando atividades relacionadas a formação inicial e continuada, contando na Sede com força de trabalho composta de equipe de 8 servidores, que detêm vasta experiência na área.

Para o desempenho a contento do papel que lhe cabe como Centro de Formação responsável pela realização de segundas etapas de concursos públicos, tanto para o Ministério da Fazenda como para órgãos da administração pública, nos três níveis de governo, o CEFOR busca a excelência na utilização dos recursos humanos com alto nível e grande experiência nas disciplinas ministradas, a fim de proporcionar o máximo de aproveitamento aos treinados.

O CEFOR, dessa forma, produz os elementos norteadores para a formação inicial e a educação continuada, contribuindo significativamente com a administração pública brasileira ao capacitar o melhor candidato a ocupar função pública.

Objetivos Estratégicos - O CEFOR atuou, ao longo do ano, na formação inicial e continuada, mas, entre os cursos realizados em 2011, cabe destacar os "Programas de Formação para preenchimento de cargos na Secretaria da Receita Federal do Brasil". A partir da autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o CEFOR planejou e executou os Programas de Formação para Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil - ATRFB.

Como etapas de concursos públicos, os Programas de Formação são direcionados, basicamente, para propiciar ao candidato um programa de desenvolvimento e integração com o Serviço Público, preparando-o e fornecendo-lhe as ferramentas necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao cargo que irá assumir. A composição da estrutura curricular privilegia as áreas de conhecimento, distribuídas nas dimensões humana, institucional e técnico-profissional.

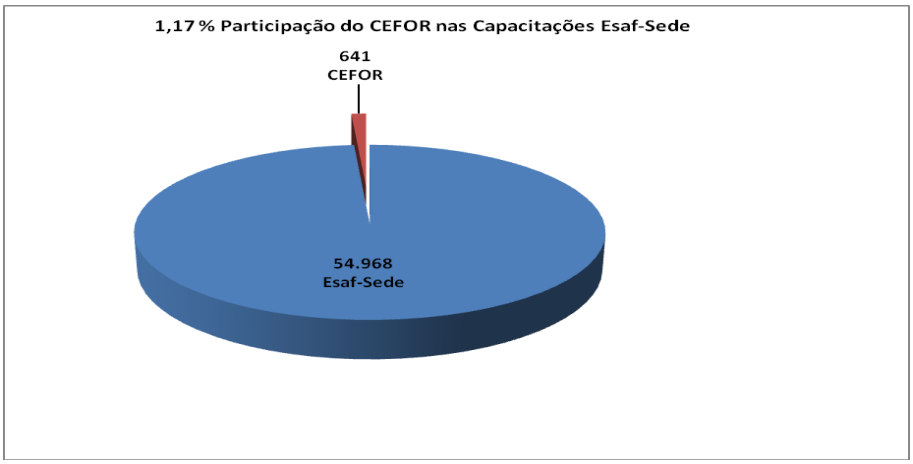
Ferramentas utilizadas para atingir o objetivo estratégico - O CEFOR utilizou-se de encontros presenciais para promover o nivelamento pedagógico dos instrutores recrutados para atuar nos programas de formação para AFRFB e ATRFB. A preparação pedagógica dos instrutores e especialistas foi realizada por meio de seminários, para o alinhamento estratégico e para a preparação de material didático exclusivo. Tais seminários tiveram o objetivo geral de nivelar as informações e padronizar o material instrucional.

Dificuldades enfrentadas - A carência de pessoas dificultou em muito a execução do projeto, mas a equipe se desdobrou e cumpriu com louvor suas tarefas, com o alcance dos objetivos de modo satisfatório.

Qualidade do Gasto - Os cursos foram realizados de forma a proporcionar economias substanciais relacionadas, principalmente, com a minimização de deslocamentos de instrutores e redução na impressão de material didático, otimizando assim a amplitude do conhecimento com a economia do gasto.

Contribuição para a ESAF - Os cursos de formação inicial e continuada contribuíram significativamente para o aprimoramento do servidor público. Entre os cursos realizados em 2011, cabe destacar o "Programa de Formação de Disseminadores de Aprendizagem", realizado para a Secretaria da Receita Federal do Brasil e, também, para o Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de preparar o servidor para transmitir aos demais, de forma qualitativa, os conhecimentos que possui sobre determinada disciplina.

Gráfico 09 – Capacitações do CEFOR



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 10 – Outras Participações do CEFOR

Fonte: ESAF-SIGEP

1.12 Gerência de Tecnologia e Informação - GERTI

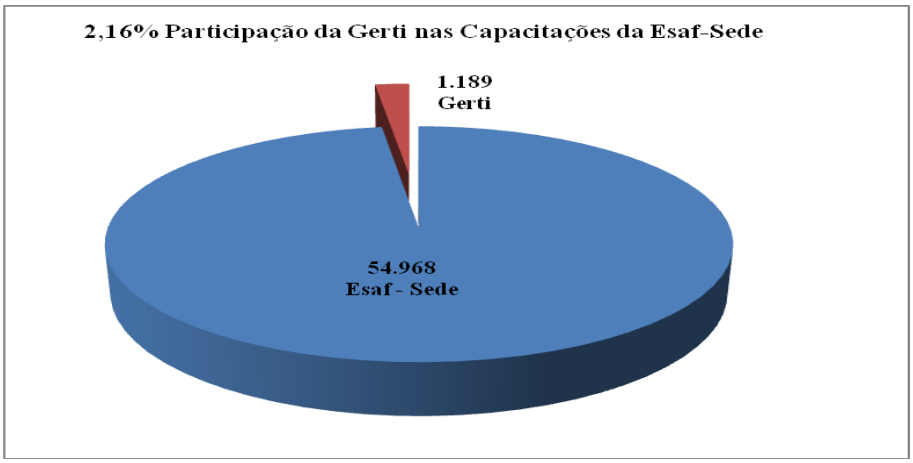
Em 2011 a GERTI contou com equipe variando de 18 a 23 pessoas ao longo de todo o exercício, entre funcionários, estagiários, terceirizados e contratos temporários do processo seletivo simplificado.

A Gerência aplicou seus recursos no suporte preventivo e corretivo de todo o parque tecnológico da escola, atualizou 94% de todo os micros computadores instalados nas áreas administrativas e laboratórios de informática, atendeu a todos os eventos realizados na ESAF-Sede com instalação de equipamentos e softwares nos laboratórios e salas de aula, instalamos e operamos todos os equipamentos de multimeios, e realizamos todo o suporte a rede instalada na ESAF-Sede e Regionais.

Realizamos 274 manutenções corretivas com substituições de peças, e atingimos 3.567 atendimentos de âmbito geral. Foram treinadas 1.189 servidores em diversos cursos da área de informática.

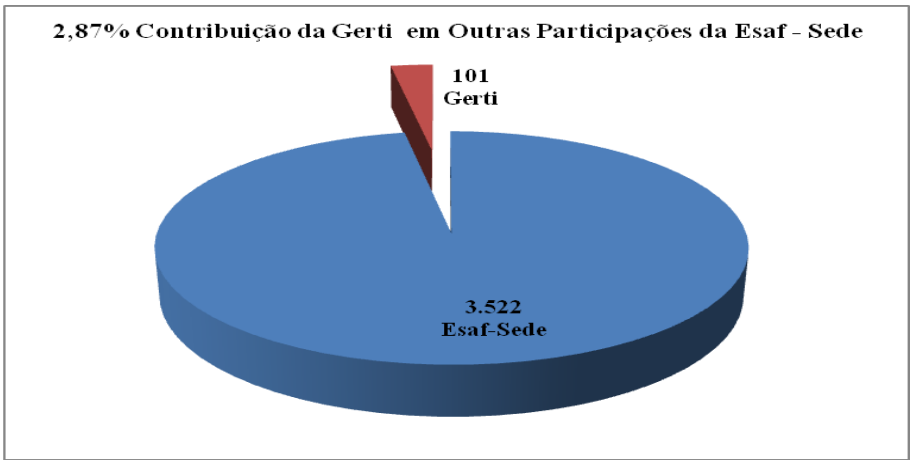
Foram intensificados os trabalhos de termino do sistema SISCON (sistema de concursos), foi implantada a primeira etapa do SIGEV (sistema de gestão de eventos), e realizadas duas revisões do PDTI (plano diretor de tecnologia e informação) da ESAF durante o exercício.

Gráfico 11 – Capacitações da GERTI



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 12 – Outras Participações da GERTI



Fonte: ESAF-SIGEP

1.13 Gerência do Programa Nacional de Educação Fiscal - GEREF

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) tem por missão "contribuir para a conscientização do cidadão sobre seus direitos e deveres, relativamente aos tributos e à aplicação dos recursos públicos, incentivando o controle social para o pleno exercício da cidadania fiscal".

O PNEF encontra-se estruturado nos três níveis de governo e tem sua gestão a cargo dos Grupos de Educação Fiscal nacional - GEF, estaduais e municipais, sob a coordenação da ESAF. Assim, por sua abrangência e capilaridade, o Programa é um poderoso instrumento para o alcance dos objetivos estratégicos da Escola, em especial, o de promover a cidadania fiscal. Para isso, a ESAF tem atuado na busca do diálogo e da cooperação entre as diferentes instituições que integram o GEF com o objetivo de fortalecer a gestão do Programa.

Na última década o PNEF focou suas ações nas escolas de ensino fundamental e médio, com o objetivo de atuar na qualificação dos professores da educação básica, preparando-os para ministrarem conteúdos de cidadania fiscal essenciais à formação das novas gerações, mas que historicamente não faziam parte do currículo escolar. Esse é um objetivo permanente que deve ser fortalecido. No entanto, a ação do Programa precisa ser mais abrangente. Servidores públicos, universitários e a sociedade organizada, em especial os conselheiros de políticas públicas e

lideranças comunitárias, passam agora a serem vistos com a mesma prioridade e sob uma nova perspectiva que alcance a temática da qualidade do gasto público.

O principal produto do programa continua sendo o curso a distância Disseminadores em Educação Fiscal (DEF). Em 2011, foram capacitados 172 tutores e 16.651 disseminadores de educação fiscal, o que representou um expressivo aumento de 38,75% em relação ao ano de 2010. Isso só foi possível graças à gestão descentralizada que conta com uma forte e crescente parceria com Estados e Municípios. Com isso alcançou-se a marca de mais de 85.000 disseminadores formados em EaD nos oito anos de existência do curso, o que representa uma relevante contribuição da Escola para cumprir sua missão otimizando a aplicação dos recursos públicos. Somando-se a esses números os eventos de formação presenciais alcançou-se em 2011 a emblemática marca de 100 mil disseminadores formados.

8010 - Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira

Exercício 2011

Programação Física	Previsto	Realizado	Execução/Previsão %
Físico – pessoa capacitada/unidade	20.000	16.651	83,23
Financeiro (R$1,00)	535.500	166.346	31,06

Fonte: PPA 2008-2011

AÇÃO: 6267 - Produção de Material para Curso de Disseminadores de Educação Fiscal

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira

Exercício 2011

Programação Física	Previsto	Realizado	Execução/Previsão %
Físico – pessoa capacitada/unidade	20.000	20.000	100
Financeiro (R$1,00)	171.557	114.713	67

Fonte: PPA 2008/11

A ação 6267 utilizou recursos para reproduzir os cadernos pedagógicos do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, na modalidade presencial e a distância com gastos de R$ 114.713,00, somente 67% do total previsto, em razão do contingenciamento ocorrido durante o exercício. Para completar a produção necessária, a Escola utilizou recursos do Funtrede.

AÇÃO: 6268 - Formação de Disseminadores de Educação Fiscal

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira

Exercício 2011

Programação Física	Previsto	Realizado	Execução/Previsão %
Físico – pessoa capacitada/unidade	20.000	16.651	83,23
Financeiro (R$1,00)	297.771	44.613	15

Fonte: PPA 2008/11

No exercício de 2011, em virtude do contingenciamento dos recursos desta ação, os recursos necessários para completar a programação prevista, foram viabilizados pelo Funtrede, no âmbito do Centro Estratégico de Ensino a Distância.

AÇÃO: 10F0 – Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal (SISPNEF)

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira

Exercício 2011

Programação Física	Previsto	Realizado	Execução/Previsão %
Físico – pessoa capacitada/unidade	100	10	10
Financeiro (R$1,00)	66.172	7.020	10,60

Fonte: PPA 2008/11

Em 2011, não foi possível dar continuidade a construção do SISPNEF em virtude de problemas orçamentários na Ação.

AÇÃO 0777 – Capacitação Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e do Contratante

Exercício 2011

Programação Física	Previsto	Realizado	Execução/Previsão %
Financeira (R$ 1,00)	35.890.736	21.785.773	60,70
Física (Capacitações)	45.571	84.701	185,86
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**% de atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90,00	93,20	103,56
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,00	96,03	106,70

Fonte: PPA 2008-2011

1.14 RANKING das Capacitações nas Unidades da ESAF-SEDE

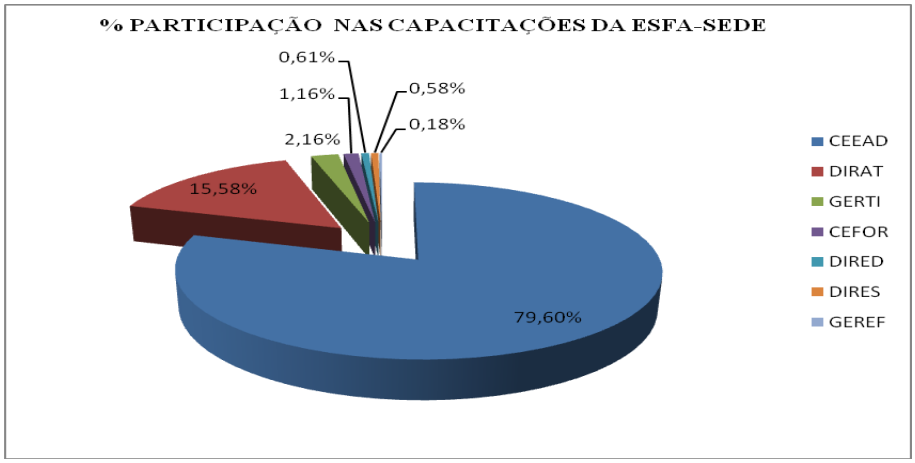
Tabela - 01

POSIÇÃO	UNIDADE CENTRAL	Nº DE CAPACITAÇÕES
1	CEEAD	43.757
2	DIRAT	8.567
3	GERTI	1.189
4	CEFOR	641
5	DIRED	337
6	DIRES	323
7	GEREF	99
TOTAL - ESAF -SEDE		54.968

Fonte: ESAF\SIGEP

Obs: As demais Áreas da Esaf-Sede não promoveram capacitações com públicos externos.

Gráfico 13 – Demonstrativo de Participação das Áreas da ESAF nas Capacitações



Fonte: ESAF\SIGEP

1.15 CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF – CENTRESAF

A Escola desenvolve, organiza e executa atividades de recrutamento e seleção em todo o território nacional, na Administração direta e indireta do Serviço Público, nas esferas municipal, estadual e federal, por intermédio de suas unidades descentralizadas, de profissionais capacitados para o desempenho da gestão de funções públicas.

As Unidades Regionais descentralizadas no âmbito de suas respectivas jurisdições competem: planejar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração, capacitação, recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as orientações da ESAF - Sede; promover eventos que possibilitem a integração dos servidores da Regional e da comunidade fazendária; propor ações que possibilitem melhor desempenho das equipes da Regional; atender às demandas da ESAF - Sede, participando ativamente das diversas etapas relacionadas com o planejamento e com a concepção dos programas educacionais de responsabilidade da ESAF; e planejar e executar as atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais na condição de unidade gestora.

1.16 CENTRESAF – BAHIA

O CENTRESAF contribuiu para atingir a finalidade institucional da Escola no exercício de 2011 (Decreto 7.482/2011), com o desenvolvimento de programas de treinamento para servidores públicos, com aperfeiçoamento técnico-profissional do Ministério da Fazenda, com o aprimoramento do processo de recrutamento e seleção por meio de apoio ao desenvolvimento do Programa FOCO, apoiando à implementação do PNEF e no fortalecimento das parcerias com termos de cooperação nacional.

No atendimento dos objetivos estratégicos da Escola: Objetivo nº 1: Desenvolvimento de mais de 50% das ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos profissionais da área fazendária; Objetivo nº 6: Implementação do Programa FOCO; Objetivo nº 9: Participação nas ações

regionais do PNEF; Objetivo nº 13: Desenvolvimento de parcerias com Instituições de Ensino Superior; Objetivos nº 17 e 18: Melhoria do parque tecnológico e revitalização da infraestrutura.

As ferramentas utilizadas para atingir os objetivos (recursos humanos, logística): Melhoria das TIC, Melhoria da infraestrutura, desenvolvimento dos servidores e do EPPGG em programa de aperfeiçoamento, ampliação do nº de salas para 9 espaços de aula e 3 laboratórios de informática.

As dificuldades enfrentadas pelo CENTRESAF foram: Carência de servidores. O Centro Regional possui apenas 7 servidores efetivos e a maior parte desta equipe encontra-se a pouco tempo da aposentadoria. É necessário, ainda, fortalecer o suporte à TIC, em função de o Serpro disponibilizar apenas 1 servidor, que atua também em outros órgãos, para apoio às questões relacionadas à rede e suporte aos computadores. A baixa velocidade da internet e o tipo de cabeamento acentuam o problema. Ausência de uma página web do Centro Regional mais estruturada e acessível para divulgação das ações e procedimentos de inscrição para os eventos. Por fim, o contingenciamento dos órgãos parceiros e menor demanda afetaram o alcance das metas.

As inovações/aperfeiçoamento que aperfeiçoaram a aplicação dos recursos públicos (qualidade do gasto): Novas parcerias, desenvolvimento da Vídeo-aula do Curso de Primeiros Socorros, revitalização da infraestrutura, o que originou melhor uso do espaço físico, criação de dois novos laboratórios de informática, com possibilidade de ampliar a oferta de cursos.

A contribuição quantitativa e qualitativa do CENTRESAF para as metas institucionais da Escola:

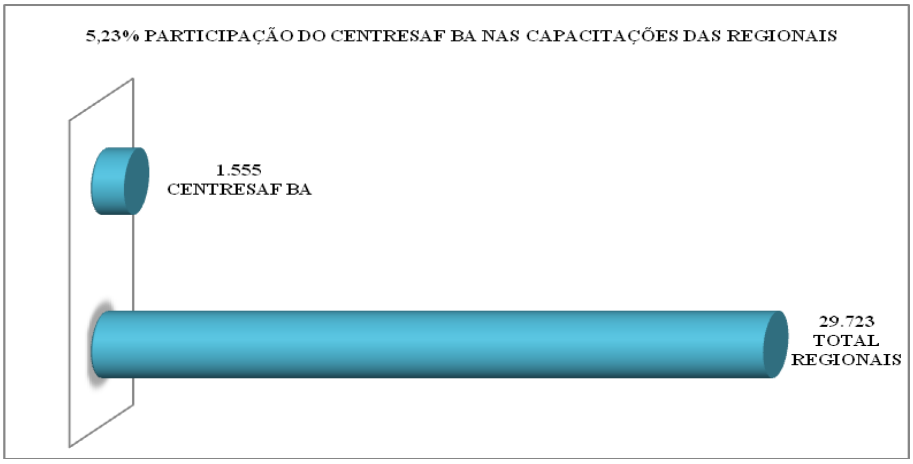
- Servidores capacitados: 1.555 - Eventos de Capacitação: 58.

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

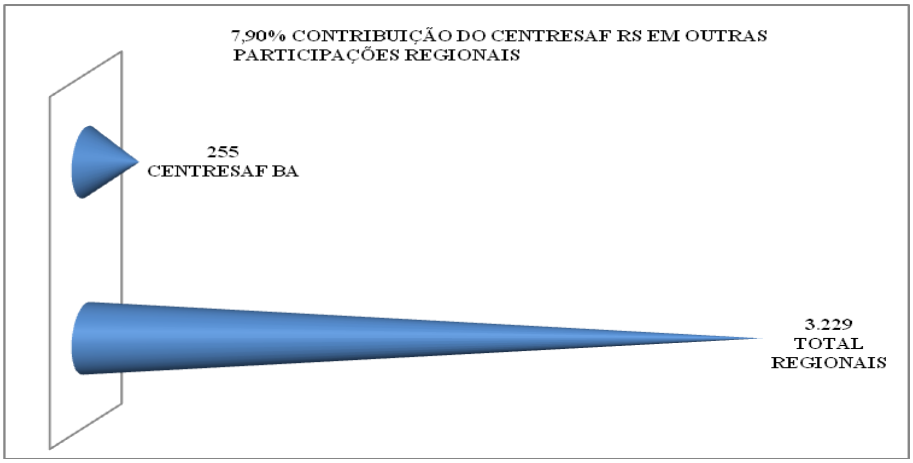
Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	911.527,09	758.195,99	83,17
Física (Capacitações)	2.000	1.555	78,00
Indicadores	**Previsto**	**Realizado**	**Alcance (%)**
Grau de satisfação do aluno	89%	93,7%	105,28%
Grau de satisfação do órgão-cliente	86%	94,2%	109,53%

Gráfico 14 – Capacitações do CENTRESAF BA



Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 15 – Outras Participações do CENTRESAF BA



Fonte: ESAF\SIGEP

1.17 CENTRESAF – CEARÁ

O CENTRESAF tem procurado reforçar seu papel enquanto Escola de Governo e, neste ano de 2011, dedicou especial atenção aos Estudos e Pesquisas relacionados aos cursos de pós-graduação orientados pelo CENTRESAF; à realização de Ciclos de Debates com palestras na área de Finanças Públicas; à cooperação em eventos que ampliam as discussões e solidificam conceitos de nossas linhas mestras; à ação proativa planejando e executando cursos que são oferecidos aos órgãos do MF; à reafirmação do pacto federativo trazendo as parcerias dos fazendários estaduais e municipais para o debate fiscal, capacitando-os em consonância com as Trilhas de Capacitação traçadas pela União, além da participação efetiva na formação de colaboradores em Concurso Público- FOCO.

No ano de 2011 o CENTRESAF não atuou na aplicação de provas para concursos públicos da ESAF, em função da conjuntura econômica nacional de restrição de gastos públicos. A ESAF, por meio da Diretoria de Recrutamento e Seleção (DIRES) aproveitou a oportunidade para realizar o Curso de Formação de Colaboradores em Concurso Público, destinado à função de Fiscal, na modalidade a Distância. Vale ressaltar a participação efetiva deste CENTRESAF na Formação de Colaboradores em Concurso Público – FOCO/Fiscal, como demonstra o leque de atividades abaixo: divulgação para servidores do Ministério da Fazenda, Serpro e outros; inscrição de candidatos; formação de sete (7) Turmas; realização de aula inaugural para cada turma do FOCO (Alunos de Fortaleza); formação para Tutores do FOCO (5 tutores); atuação como Tutor e Supervisor do Curso FOCO (7 tutores e 1 supervisor); apoio e orientação aos participantes do FOCO, quanto à navegação na plataforma e o levantamento de colaboradores que concluíram o Curso FOCO-2011, no Ceará.

As ações de capacitação demandadas pelos órgãos (em nível nacional e local) da Receita Federal do Brasil (RFB), principal órgão demandante da ESAF, com a realização de 33 eventos e 981 capacitações, em seguida está o CENTRESAF com 10 eventos e 610 capacitações, beneficiando sua equipe de trabalho; e Sefin-PMF com 10 eventos e 314 servidores capacitados.

Dentre as ações de capacitação de iniciativa do CENTRESAF ressaltam-se o Curso de Especialização em Tributação (Parceira ESAF/SRRF03/UNIFOR); Especialização em Direito Administrativo Disciplinar (ESAF-ESCOR-UNIFOR); os Ciclos de Debate em Finanças Públicas;

VI Fórum de RH das Organizações Públicas; Curso de Cerimonial e Protocolo; e Desenvolvimento de Equipe.

Este Centro, também, atendeu a demandas de outros órgãos voltados para área de Finanças Públicas, dentre os quais destacamos: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE); Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza (SEFIN), Controladoria Geral da União (CGU), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Procuradoria da República no Ceará etc. reforçando a parceria em ações de capacitação.

Com relação ao Programa Nacional de Educação Fiscal, o CENTRESAF participou e sediou as reuniões mensais do GEFE-CE e da Formação de Tutores para Disseminadores em Educação Fiscal, bem como participou da Banca Examinadora para o V Premio Sefin de Educação Fiscal. Vale destacar a realização do Curso de Formação para Aprofundamento de Tutores de Educação Fiscal, parceria com a SEFAZ-CE.

Em 2011 o CENTRESAF concluiu a elaboração do conteúdo programático do Curso de Obrigações Tributárias dos Municípios, com apoio de três Auditores Fiscais da Delegacia da Receita Federal em Fortaleza.

A título de experiência local, o CENTRESAF participa do Grupo Gestor de RH formado por instituições nas três esferas de governo: ESAF-CE, SAMF-CE, UFC, IBGE, JFCE, DPRF, Correios, SEFAZ-CE e SME/PMF para a realização do VI Fórum de RH das Organizações Públicas no Ceará. Este evento teve como objetivo principal promover espaços de reflexão e troca de experiências entre os profissionais das organizações públicas, no tocante ao dESAFio da sustentabilidade Sócio-Ambiental.

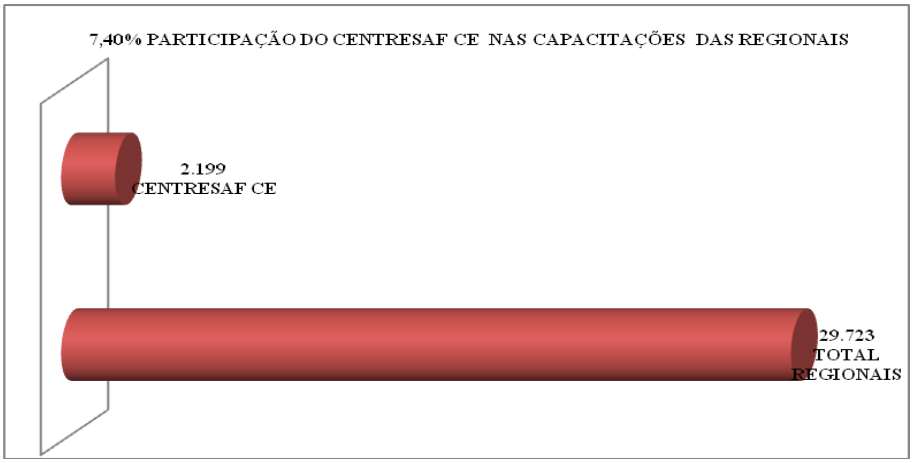
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	448.053,42	173.216,17	39
Física (Capacitações)	2.000	2.199	110
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	96,5	107
Grau de satisfação do órgão-cliente	87	99	114

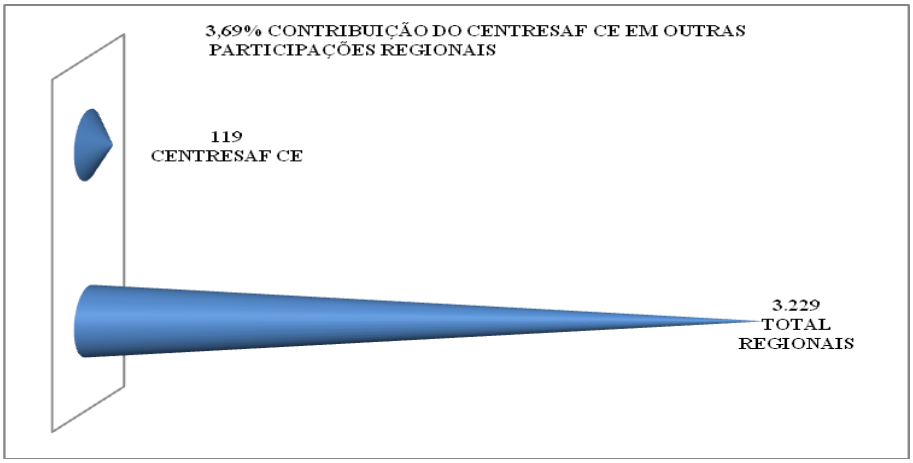
Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 16 – Capacitações do CENTRESAF CE



Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 17 – Outras Participações do CENTRESAF CE



Fonte: ESAF\SIGEP

1.18 CENTRESAF – DISTRITO FEDERAL

O CENTRESAF tem como principais processos de trabalho a execução de cursos demandados pelos órgãos do Ministério da Fazenda, pelos órgãos do poder executivo da administração direta e indireta que celebrem Termo de Cooperação com a Escola de Administração Fazendária, com os Tribunais de Contas Estaduais, por meio de contratos firmados entre as partes, e a execução de concursos públicos demandados pela Diretoria de Recrutamento e Seleção da ESAF.

É responsável, ainda, pela disseminação de informações organizacionais, com a finalidade de compartilhar conhecimentos em prol do desenvolvimento institucional, bem como pela coordenação, em parceria com as demais Diretorias da Escola de todos os Projetos programados pela Direção-Geral.

Ao longo de 2011 a atuação do CENTRESAF priorizou estudos relacionados às atividades de implementação das Trilhas de Capacitação, das ações propostas pelo Comitê de Gestão de Pessoas – COGEP, tais como: Avaliação de desempenho dos servidores, o estudo do Clima Organizacional da Escola, organização de materiais didáticos dos cursos da programação para 2011, avaliação PECFAZ – acompanhamento das metas de desempenho individual, proposta por cada servidor e o oferecimento de cursos a distância aos órgãos clientes, sendo devidamente acompanhados por servidora encaminhada pela Gerência de EAD, para este fim.

Em 2011 foram desenvolvidas as seguintes ações relevantes:

Alinhamento da equipe pedagógica quanto a procedimentos utilizados pela ESAF na execução de cursos; redefinição das atividades administrativas, redistribuindo as tarefas de acordo com o perfil de cada servidor/funcionário, incluindo EAD; recadastramento dos colaboradores obedecendo as novas normas da secretaria escolar/ESAF; utilização do laboratório para o desenvolvimento de cursos na área de informática, no período noturno; treinamento de colaboradores para exercerem as atividades de coordenação pedagógica e administrativa e de auxiliares de sala; treinamento de servidores em cursos oferecidos pela Escola e em vagas fornecidas pelos órgãos clientes; atendimento das demandas da ESAF/DIRAT: execução do curso de procedimentos Administrativos Disciplinares – PAD, em todos os estados sob a jurisprudência deste CENTRESAF;

A execução do Projeto de Atualização Tecnológica de Fiscalização da Receita Federal do Brasil.

Execução de Projeto de Treinamento Nacional de Auditoria Digital Fazendária; atendimento às demandas do ESAF\CEFOR: execução do Curso de Formação de Auditores do MTE; execução da 3ª etapa do Curso de Auditores - PFP/RFB, nas cidades de Ponta Porã e Corumbá – núcleo específico Aduana; execução de cursos para o Tribunal de Contas do estado de Rondônia.

Atendimento da meta de capacitação proposta pelo sistema de metas – Planejamento estratégico 2008/2011

Atendimento as demandas da ESAF\DIRED. Execução do Curso de Pós Graduação em Administração Pública com ênfase em Gestão Corporativa Atendimento das demandas da ESAF\DIRES. Curso de Formação em Concurso Público; Inscritos: 1.636, Desistentes: 648, Aprovados: 855, Reprovados: 148. Foram capacitados em 2011, 17 servidores/funcionários, em cursos diversos, tais como: curso FOCO, Plataforma Moodle, Comprodoc; Nova Ortografia, (EAD) Novo CPR; Módulo Gerencial (PECFAZ) e Inglês.

Em 2011, foram celebrados os Termos de Descentralização de Recursos, conforme prevê o Decreto 6170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 127 de 29/05/2008, com os seguintes órgãos:

Ministério da Educação; Agência Nacional de Transporte Terrestre; Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Ministério da Saúde.

Iniciamos as tratativas para celebração do termo com o Ministério da Integração Nacional, Presidência da República, FUNASA, Imprensa Nacional, AGU, IFB.

Os eventos de capacitação desenvolvidos por este CENTRESAF, além dos termos celebrados, custeados mediante a descentralização de recursos dos Órgãos demandantes foram também executados, cursos abertos, utilizando os recursos orçamentários da ESAF destinados a este CENTRESAF, foram desenvolvidos Cursos Institucionais e os cursos ministrados aos TCEs, conforme contrato celebrado ente a ESAF e o TCE/RO.

De acordo com as metas estimadas no Plano Plurianual (PPA 2008 – 2011) do Governo Federal, para os Programas e Ações de capacitação de servidores públicos federais, conforme pode ser observado nos dados a seguir, extraídos do Anexo II (Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais), apresentam-se os resultados obtidos pelo desempenho desta unidade.

Os eventos de capacitação desenvolvidos pautaram-se nas diretrizes estabelecidas pela ESAF e, de modo geral, o índice de satisfação (em média de 90%) dos participantes foi considerado positivo, mas a infraestrutura é importante para o sucesso do processo pedagógico, e necessitamos, em 2012,

melhorar as instalações físicas no tocante a: troca do piso e dos quadros das salas de aula e criação de mais dois laboratórios de informática.

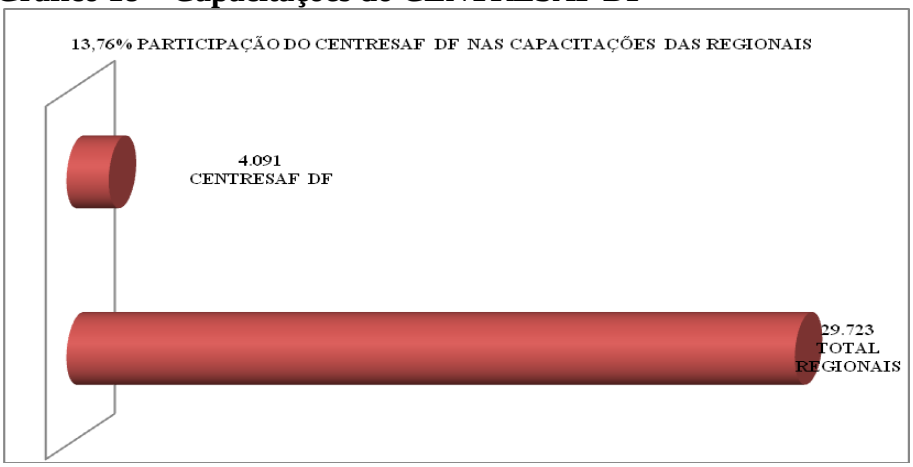
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	Execução/Previsão (%)
Financeira (R$ 1,00)	207.633,15	276,447,39	133,14
Física (Capacitações)	5.000	4.091	82
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	90	90
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	90	90

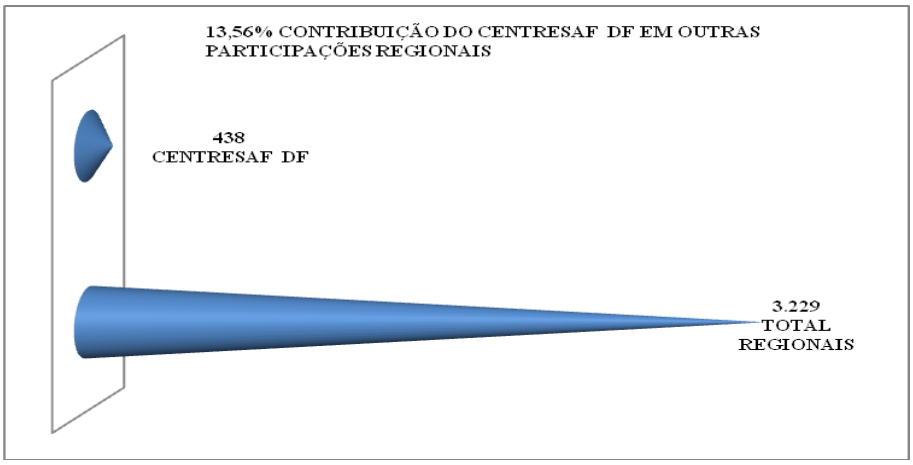
Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 18 – Capacitações do CENTRESAF DF



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 19 – Outras Participações do CENTRESAF DF



Fonte: ESAF-SIGEP

1.19 CENTRESAF – MINAS GERAIS

Finalidade institucional - Como projeção regional da ESAF, nos cabe exatamente a mesma finalidade institucional declarada pela sede, apenas desconcentrada para as regionais.

Objetivos Estratégicos – Para resposta deste quesito declara-se apenas a colaboração relativa aos objetivos de resultados: a) No que diz respeito ao objetivo **"**promover o desenvolvimento integral dos profissionais da área fazendária", esta regional capacitou 5.412 pessoas, com ênfase nas "Trilhas de Capacitação do Macroprocesso Fazendário". b) Já no que concerne ao objetivo de "consolidar-se como centro de conhecimento em matéria fazendária" esta regional participou do Programa de Pesquisa liderado pela Dired coordenando a pesquisa sobre a "Necessidade e Possibilidade de Consórcios Municipais de Administração Tributária", a ser publicada em 2012 no Caderno de Finanças Públicas. Aqui também foram orientados vários trabalhos e monografias na área de educação fiscal, um deles premiado no II Concurso Destaque de Projetos Pedagógicos do Curso à Distância de Disseminadores de Educação Fiscal/2011. c) (Com relação ao objetivo estratégico de promover a cidadania fiscal, esta regional executou várias iniciativas dentre as quais merecem especial destaque; c.1.) a continuação do Programa Receita Informa (voltado ao esclarecimento do

contribuinte sobre temas tributários); c.2) o evento "Educação Fiscal – Fontes de Financiamento, Planejamento e Controle Orçamentário da Educação", que permitiu a divulgação do Programa de Educação Fiscal junto aos Secretários de Educação de aproximadamente 300 (trezentos) municípios de Minas Gerais e sendo responsável pela capacitação de 1.256 servidores municipais e; c.3) o "Treinamento CPF: Resgate da Cidadania do Contribuinte sujeito à Medida de Segurança", que no ano de 2010 capacitou os agentes da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais para que regularizassem a situação de cerca de mais de 9.000 detentos do Estado impedidos de gozar plenamente de seus direitos fundamentais por falta de regularidade documental. Aqui vale destacar que a Educação Fiscal, atendendo ao público interno e externo do Ministério da Fazenda alcançou o maior índice do percentual de capacitação da área, ou seja, 58 %.

Ferramentas utilizadas para atingir os objetivos (recursos humanos, logística, etc.). Além dos recursos e das ferramentas naturalmente vocacionadas à superação das dificuldades e ao atendimento dos objetivos eleitos, (ex: planejamento, execução de projetos e priorização de iniciativas) o ponto forte na superação das dificuldades encontradas foi o incremento de parcerias com outras instituições e órgãos.

Dificuldades enfrentadas (carência de RH, Recursos financeiros, outros). Uma dificuldade crônica do CENTRESAF é a distância entre suas instalações e demais órgãos fazendários, bem como a falta de infraestrutura relativa a alimentação e transporte dos capacitados, a falta de segurança e falta de adaptação para acessibilidade plena dos portadores de necessidades especiais. Outra dificuldade é a falta de preparo do corpo integrante da escola para atender aos novos desafios que lhe foram impostos nos últimos anos.

Quais foram as inovações que aperfeiçoaram a aplicação dos recursos públicos (qualidade do gasto) fazer mais com menos? Cumpre ainda salientar que nos resultados alcançados neste ano o CENTRESAF conseguiu reduzir o "custo médio/*per capta*" de suas ações de capacitação de R$ 83,60 em 2010 para R$ 65,02 em 2011, mantendo a média de número de horas/*per capta* de suas capacitações. Tais resultados devem-se, sobretudo, a um maior grau de controle dos resultados, às parcerias firmadas e à utilização das ferramentas de EAD.

E por fim a contribuição quantitativa e qualitativa das metas institucionais da Escola (o que cada um contribuiu): Do ano de 2006 ao ano de 2011 a unidade decuplicou os seus resultados, tendo capacitado em 2006, ao todo, 718 servidores e em 2011, 5.412 servidores, conforme demonstra o gráfico abaixo, mantendo a qualidade de seus programas: a) com avaliações de percepção do evento com um grau de aprovação – em média de 93,8%; b) sem redução da carga horária/*per capta* e; c) com redução do custo médio/*per capta*, conforme informado acima.

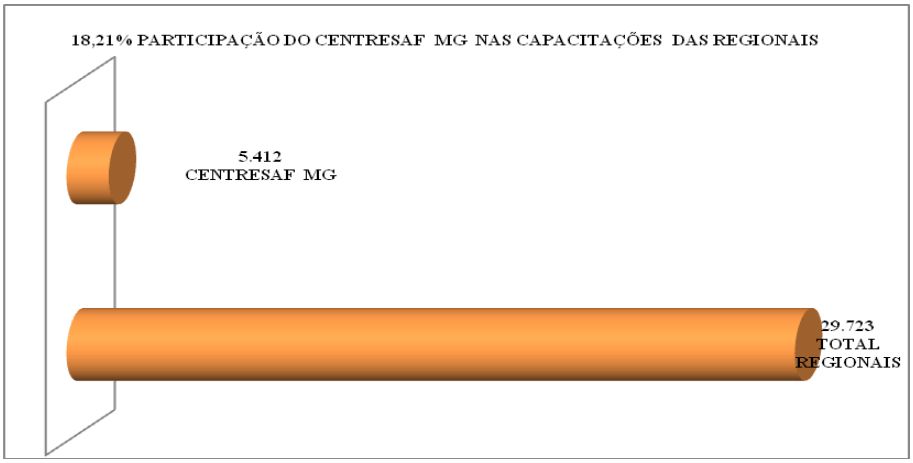
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	500.000,00	583.998,29	116
Física (Capacitações)	3.000	5.412	180
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	93,80	104,22
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	94,20	104,66

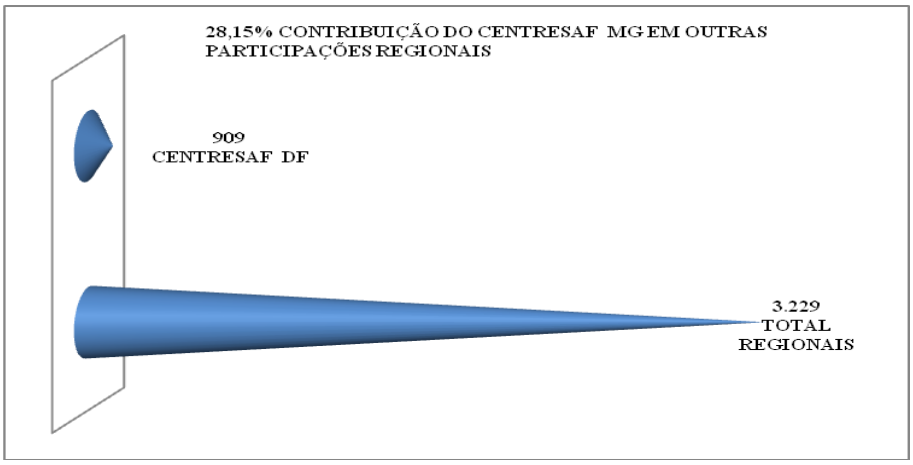
Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 20 – Capacitações do CENTRESAF MG



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 21 – Outras Participações do CENTRESAF MG



Fonte: ESAF-SIGEP

1.20 CENTRESAF – PARÁ

Dentre as finalidades institucionais da ESAF estabelecidas no art. 31 do Anexo I do Decreto 7.482/2011, cabem ao CENTRESAF às previstas nos seguintes incisos: II - promover a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores do Ministério → Foram treinados 1.390 servidores do Ministério da Fazenda; e VIII - coordenar e executar ações de educação fiscal → destaque para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica que incluiu o CENTRESAF no Grupo Estadual de Educação Fiscal – GEFI. Outras ações de destaque:

a) Participação da Diretora Regional em programas de rádio e televisão para falar sobre Educação Fiscal e Cidadania; b) Participação na divulgação do Programa de Educação Fiscal na "Feira da Indústria do Pará"; c) Presença na Assembleia Legislativa do Pará na votação do projeto Dia da Educação Fiscal. O projeto foi aprovado e a Lei N° 7.559, de 21 de setembro de 2011, instituiu o Dia Estadual da Educação Fiscal; d) Participação no VII Encontro Nacional de Administradores Tributários, no stand da Educação Fiscal; e) Organização, em conjunto com a SEMEC, do 2º Concurso de Redação promovido pelo GEFI; f) Organização, em conjunto com o GEFI, da Formação em Educação Fiscal para diretores, professores e técnicos da SEMEC;

g) Participação na Formação em Educação Fiscal dos professores da Escola do SESI, no município de Santa Isabel;

h) Participação no 1º Seminário Municipal de Educação Fiscal do Município de Bragança/PA; e g) Realização do Seminário Estadual de Educação Fiscal, em conjunto com o GEFI, que reuniu 216 participantes, sendo servidores de diversos órgãos de Belém e representantes da sociedade civil. Participação no atendimento aos seguintes objetivos estratégicos da ESAF, conforme segue: Objetivos 1 e 5 - mediante realização de 43 eventos de capacitação presenciais;

Objetivos 3 e 8 – Já detalhado no 1º item. Objetivo 9 – Publicação do informativo NortESAF reuniões quinzenais com os servidores para repasse de informações e nivelamento de conhecimentos. Objetivo 11 – realização de reuniões mensais com os órgãos parceiros. Objetivo 12 – Um servidor da área de TI transferido da SAMF/PA e uma servidora transferida da SAMF/AM para o pólo Manaus. Objetivos 13 e 14 - Os 11 servidores participaram de 23 eventos, com uma carga horária total de 2.480 horas, o que dá uma média de 225,45 horas por servidor. O custo total com os eventos de capacitação foi R$ 5.223,21 e o custo per capta foi de R$ 474,83. Objetivos 15 e 16 – Atualização da infraestrutura lógica de TI, no que tange à troca do cabeamento na área administrativa e salas de aula; upgrade de equipamentos de informática recebidos da Receita Federal; acompanhamento da confecção do Projeto de Instalação da Rede Local do Polo do CENTRESAF/PA em Manaus/AM; melhoria ao Sistema Folha de Ponto. Objetivo 17 – Mudança de layout da área administrativa para facilitar a integração entre os servidores; aquisição de mobiliário para as áreas administrativas e salas de aula; licitação de divisórias acústicas para algumas salas de aula.

Para o atendimento dos objetivos estratégicos foram empenhados esforços de 11 servidores e 05 terceirizados, além dos colaboradores eventuais. Também contaram as parcerias institucionais, as melhorias na TI e o investimento na capacitação de servidores.

A maior dificuldade enfrentada foi a restrição de recursos orçamentários devido a publicação do Decreto 7.446/2011, que gerou significativa redução nas demandas por eventos de capacitação, tendo propiciado a redução em 23% no número de servidores capacitados em relação a 2010.

Quanto às inovações, adotou-se a iniciativa de reduzir o gasto com impressão de material para os treinamentos, com vistas a atender também à orientação da Dirge de promover ações que garantam a sustentabilidade ambiental.

A meta de capacitações da Escola era 51.167 servidores e o CENTRESAF realizou 43 eventos de capacitação presenciais, capacitando 1.781 pessoas, contribuindo, portanto, com 3% para o cumprimento da meta estabelecida. Quanto à Satisfação do Aluno (meta 90%), o CENTRESAF obteve 91,8% (cumpriu 1,02% da meta) e em relação à Satisfação do Cliente (meta 90%) atingiu

99,2% (cumpriu 1,10% da meta).

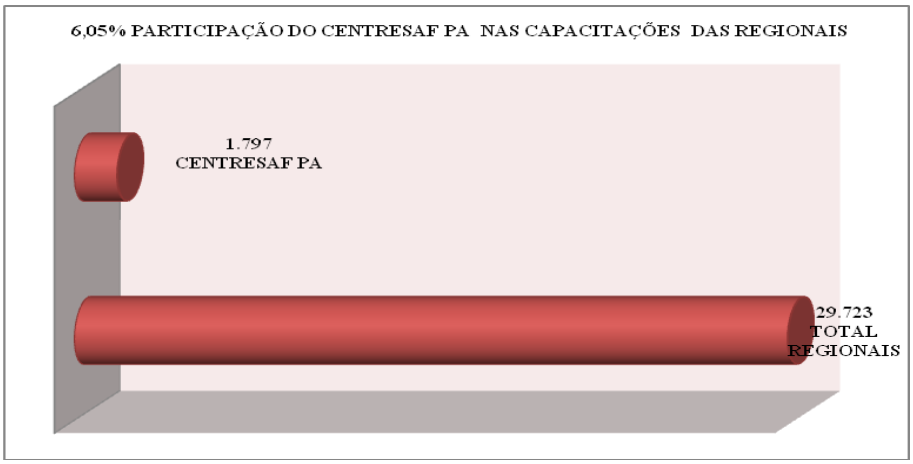
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	519.524,71	552.092,08	106,26
Física (Capacitações)	2.000	1.781	89
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	91,8	102,0
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	99,2	110,0

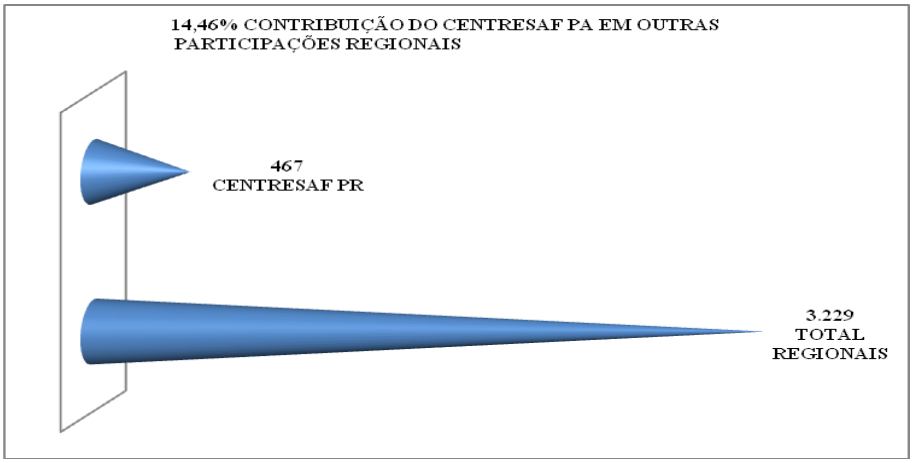
Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 22 – Capacitações do CENTRESAF PA



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 23 – Outras Participações do CENTRESAF PA



Fonte: ESAF-SIGEP

1.21 CENTRESAF – PERNAMBUCO

O número menor de capacitações em relação ao realizado no ano de 2010 é justificado pelo contingenciamento imposto pelo Poder executivo, que levou a um menor número de demandas dos órgãos clientes e a um menor orçamento da escola para realização de seus cursos em aberto. Foram capacitados 916 servidores em Projetos Nacionais e 1.835 em Projetos Regionais, perfazendo um total de 2.751 capacitações.

Obtivemos em nossos eventos a média do percentual de satisfação dos órgãos clientes em 95,5% em média do percentual de satisfação dos treinando em 95,7%.

Dentre os eventos realizados em nossa jurisdição, destacamos a Semana Orçamentária em Recife, atingindo grande êxito 716 capacitações com um alto nível de qualidade. Outro destaque diz respeito à realização de 4 Seminários Regionais sobre o Simples Nacional, para a SRRF04 em Maceió/AL, João Pessoa/PB, Mossoró/RN e em Recife/PE, que especificamente contou com a parceria deste CENTRESAF, propiciando uma abrangência a um quantitativo maior de servidores das esferas federal, estadual e municipal. Em consequência das restrições orçamentárias e financeiras foram

priorizadas algumas ações, tais como atender à demanda da Prefeitura do Município de João Pessoa e a realização de 06 cursos abertos a diversos órgãos públicos.

A execução do Programa de Qualificação Profissional dos Servidores do Município de João Pessoa foi iniciada em agosto de 2011 e tem o término previsto para junho de 2012. Neste exercício, dos 13 módulos e 22 turmas previstas, foram realizados 11 turmas de 9 módulos, cujas avaliações têm trazido resultados expressivos, principalmente, no que se refere ao alto nível dos instrutores e a qualidade do evento em geral.

Com a realização desses treinamentos contribuímos para o atendimento dos seguintes objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico de 2008 a 2011: 1 - Promover o desenvolvimento integral dos profissionais da área fazendária; 2 - Consolidar-se como centro de conhecimento em matéria fazendária; 5 Universalizar o acesso aos programas de capacitação com ênfase em educação a distância e o 8 - Desenvolver competências essenciais para os profissionais da área fazendária;

Foram realizadas 18 reuniões com os órgãos fazendários para planejamento de capacitações e fortalecimento do vínculo entre a ESAF e os órgãos fazendários.

Contribuímos, assim, para o atendimento do Objetivo Estratégico 4 – "Fortalecer o vínculo entre a ESAF e os órgãos fazendários". Relativamente ao quadro de pessoal, Tínhamos, no início de 2011, 14 servidores na ativa e uma servidora cedida para o TRE.

Em 24 de fevereiro de 2011 toma posse a nova Diretora do CENTRESAF, cedida pela RFB, em substituição à antiga Diretora que foi transferida para a DRJ/Recife – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Recife. Tivemos a aposentadoria de três servidores e a aquisição de três outros servidores. Foram contratadas duas estagiárias para o CENTRESAF e uma, para o pólo em João Pessoa, nas áreas de pedagogia, Publicidade e administração, respectivamente.

Assim, contribuímos para o alcance do seguinte objetivo estratégico constantes do Mapa Estratégico de 2008 a 2011: 16 - "Adequar o quadro de servidores e a rede de colaboradores".

A Capacitação dos Servidores deste CENTRESAF foi determinada como prioridade, apesar da dificuldade em implementar essas capacitações.

Durante o ano de 2011 foram realizadas 119 capacitações, entre eventos presenciais e EAD, o que foi conseguido com muita colaboração e trabalho em equipe para não permitir que as atividades diárias fossem renegadas o segundo plano. Ao mesmo tempo, iniciamos no nosso Centro o Programa Nacional de Qualidade de Vida, mediante ações de comemoração de aniversários, datas festivas, confraternizações e ginástica laboral.

Com essas capacitações e ações mencionadas, contribuímos para o alcance dos seguintes objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico de 2008 a 2011: em relação aos Objetivos Estratégicos

14 e 15 Desenvolver competências técnicas e gerenciais e Promover a valorização e a motivação dos servidores.

Em relação à comunicação, em setembro de 2011 foram emitidos Boletins Informativos mensais deste CENTRESAF, contribuindo para o atendimento do objetivo estratégico 10 – "Aperfeiçoar a comunicação interna e externa". As ferramentas utilizadas para o alcance dos objetivos foram: parcerias; capacitação dos servidores da unidade e confraternizações.

Já, no que se refere às dificuldades encontradas, podemos citar: as restrições orçamentárias e financeiras que impactaram nas ações de capacitação promovidas pelo CENTRESAF, bem como reduziu significativamente as demandas dos órgãos do MF; a deficiência e inadequação das instalações físicas – o CENTRESAF localizado temporariamente em espaço alugado, conta apenas com duas salas de aula convencionais com capacidade para 30 e 20 participantes respectivamente, além de 1 laboratório de informática com 20 computadores. Essas instalações se caracterizam por ambientes apertados, tanto para acondicionar os alunos, como para a movimentação dos professores, acarretando na necessidade de identificar, entre clientes e parceiros, a disponibilização de salas de aula e auditórios para a realização dos eventos; e, finalmente, o compartilhamento da banda de 2MB da rede Serpro com a SAMF/PE, gerando, em consequência, lentidão e dificuldades nos acessos e na realização das tarefas diárias e na participação nos open *meeting* semanais.

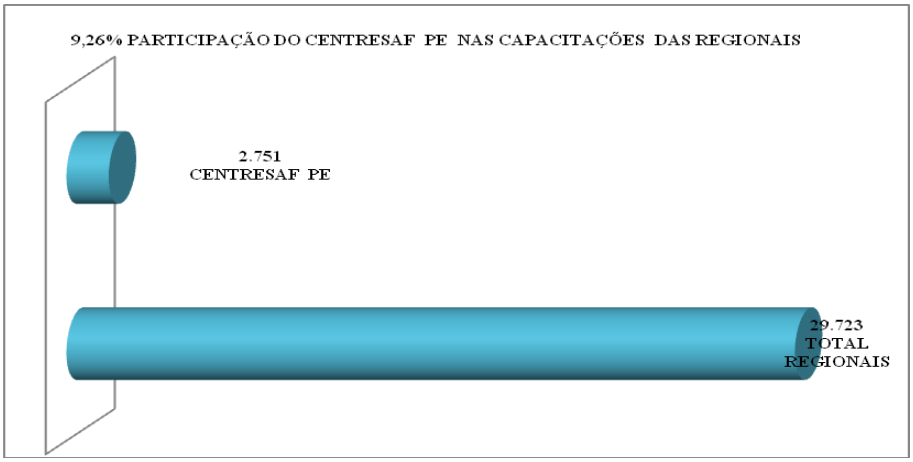
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	500.000,00	508,444,49	101,68
Física (Capacitações)	2.000	2.751	137,55
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	95,7	106,3
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	95,5	106,1

Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 24 – Capacitações do CENTRESAF PE



Fonte: ESAF-SIGEP

1.22 CENTRESAF – PARANÁ

Os esforços do CENTRESAF vêm se concentrando em atender prioritariamente a possibilidade de aposentadoria de 50% do quadro atual até o próximo ano – o que representa perda de capacidade de trabalho e perda de conhecimento institucional e a limitação espacial da unidade, conforme será demonstrado ao longo deste documento.

Quanto à limitação espacial: esta unidade (1) está instalada em um mesmo imóvel alugado há aproximadamente 20 anos; (2) sem perspectivas de mudança para outro imóvel alugado em razão dos valores exorbitantes dos aluguéis e gastos com reforma que seriam necessários; e (3) diante da provável construção de um grande complexo que abrigará todos os órgãos do Ministério da Fazenda dentro de aproximadamente 5 ou 6 anos elimina qualquer possibilidade de aumento de espaço físico da unidade - refletindo diretamente na sua capacidade de oferecimento de cursos, tanto mais se prosseguirem as restrições orçamentárias ocorridas no início de 2011, que impossibilitaram até mesmo a locação de salas para a realização de capacitações.

Também é preocupação desta unidade regional a conscientização e o avanço nas ações de promoção da responsabilidade socioambiental do CENTRESAF, pelo papel estratégico de formadora de opinião e de transformação da cultura do serviço público, diante dos crescentes problemas

socioambientais enfrentados pela comunidade humana em razão do modelo de desenvolvimento que ainda predomina - e que tem nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio um dos esforços mundiais mais significativos para a mudança do referido modelo. Ainda que os avanços desta escola regional sejam insignificantes em comparação com a responsabilidade de uma escola de governo.

Para enfrentar o quadro apresentado no tópico anterior, a CENTRESAF destaca as seguintes atuações locais:

Formulação de estratégia de rodízio dos servidores (técnica denominada Switch Jobs) com apoio - na formulação e acompanhamento - das psicólogas da ESAF – Sede. Tal estratégia visa minimizar o risco de descontinuidade, perda do conhecimento institucional, harmonização entre diferentes gerações, culturas e expectativas dos servidores e, com isso, reduzir conflitos internos e o potencial desencantamento que tanto podem afetar o comprometimento dos novos servidores como estimular a aposentadoria dos antigos.

Fortalecimento e ampliação das parcerias - através de reuniões, elaboração de uma minuta de cooperação, e realização de eventos voltados à integração, reflexão e compartilhamento de conhecimentos presentes nos diferentes órgãos, e que ainda podem colaborar para a utilização de salas de aula de outros órgãos, reduzindo as limitações que o imóvel utilizado pela CENTRESAF impõe.

Melhoria dos processos internos e retenção do conhecimento institucional através da realização da manualização de procedimentos - iniciada em 2011 e que terá seguimento em 2012 e através da criação de um “mapa das atividades sazonais” de modo que se possam identificar os períodos críticos de acumulo de atividades e minimizar suas consequências através do planejamento das atividades levando em conta tal sazonalidade.

Melhoria da estrutura física e de TI - para oferecer mais conforto aos alunos e servidores da CENTRESAF, e para que, contando com 3 laboratórios de informática, a necessidade de salas de aula não se torne mais complexa e difícil - como seria a necessidade de locação/empréstimo de laboratórios - tanto mais diante das fortes e justificáveis exigências de segurança e sigilo no acesso de dados nos treinamentos - especialmente da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Contribuições do CENTRESAF para atingir a finalidade institucional da Escola no exercício de 2011: capacitações presenciais e EAD, pesquisa e Educação Fiscal - conforme abaixo.

Participação direta do CENTRESAF para atendimento dos objetivos estratégicos: Em 2011 os esforços desenvolvidos enfatizaram os seguintes objetivos estratégicos 1, 2, 4, 7, 11 a 16 e 19:

Objetivo 1: Coordenação das 2 oficinas sobre inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa da Sede; 2 cursos sobre Contratações Públicas Sustentáveis.

Objetivos 2 e 7: 1 artigo para publicação; 7 encontros de pesquisa regionais realizados tratando de Educação Fiscal; parecer em 1 projeto de pesquisa da ESAF- Sede; participação nos 2 encontros de pesquisa da ESAF –Sede. Objetivos 4, 12 e 13: 11 Reuniões com órgãos federais e estaduais para discutir cooperação; 2 bolsas de estudos obtidas para servidores da ESAF; 2 convênios com Institutos Federais; 3 "Fóruns de Debates sobre o Ciclo de Contratações Públicas"; "I Ciclo de debates sobre Temas Polêmicos em Gestão e Finanças". Objetivo 11: manualização de 60% dos procedimentos dos diferentes setores da unidade do Paraná. Objetivo 14: 13 pessoas capacitadas do CENTRESAF através de 108 capacitações (presenciais + EAD) totalizando 2.382 horas. Objetivo 15: Proposta de mudança de layout dos gabinetes para maior integração entre servidores. Objetivo 16: Aumento do quadro: 1 servidor transferido da ESAF – Sede; 1 servidora (cessão temporária, pela UFPR, de uma servidora de nível médio); Objetivo 19: Projeto de TI (iniciado - aquisição de equipamentos, aumento e melhoria da qualidade da rede); projeto de reforma (iniciado - banheiros, espaço para lanche, mudança de layout).

Ferramentas Utilizadas para atingir os objetivos: parcerias, manualização de procedimentos, rodízio de servidores, melhoria das TICs, capacitação dos servidores da unidade, confraternizações.

Dificuldades enfrentadas: Destaque, em 2011 para os cortes de recursos no início do ano - a unidade só conta com 3 salas de capacitação e não pudemos fazer locações e a restrição de recursos para capacitação dos órgãos parceiros - reduzindo as capacitações realizadas pelo CENTRESAF.

Inovações/aperfeiçoamentos que aperfeiçoaram a aplicação dos recursos públicos: (1) parcerias, (2) "Fóruns de Debates sobre o Ciclo de Contratações Públicas", (3) " I Ciclo de debates sobre Temas Polêmicos em Gestão e Finanças", (4) 2 eventos sobre avaliação de impacto das capacitações, inicio do SWITCH JOBS - para retenção do conhecimento na instituição.

Contribuição quantitativa e qualitativa das metas institucionais da Escola: 1) Pessoas capacitadas: 1.724; a) Eventos de capacitação: 240; b) Satisfação (3.1) dos alunos (meta=90%; realizado=87,1%; atingido= 96,7%); (3.2) do órgão cliente (meta=90%; realizado=99,2%; atingido=110%).

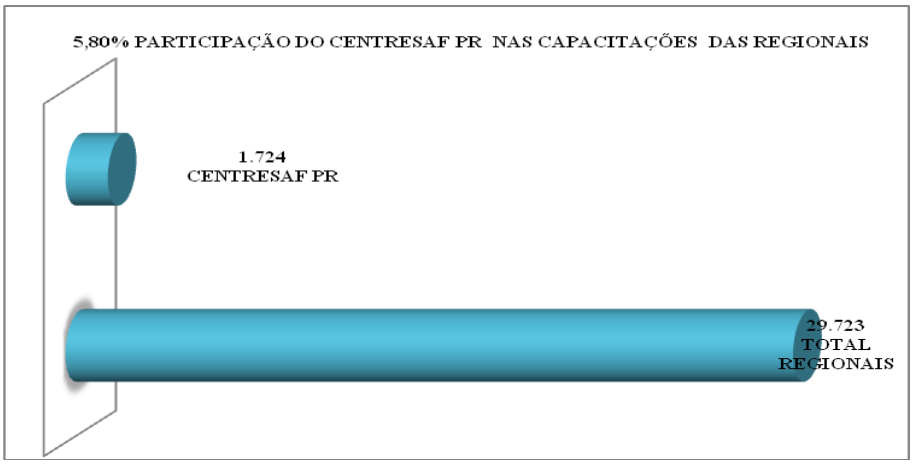
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)
Financeira (R$ 1,00)	422.827,00	265.252,58	62,73
Física (Capacitações)	3.000	1.724	57,4
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	87	96,8
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	99	110

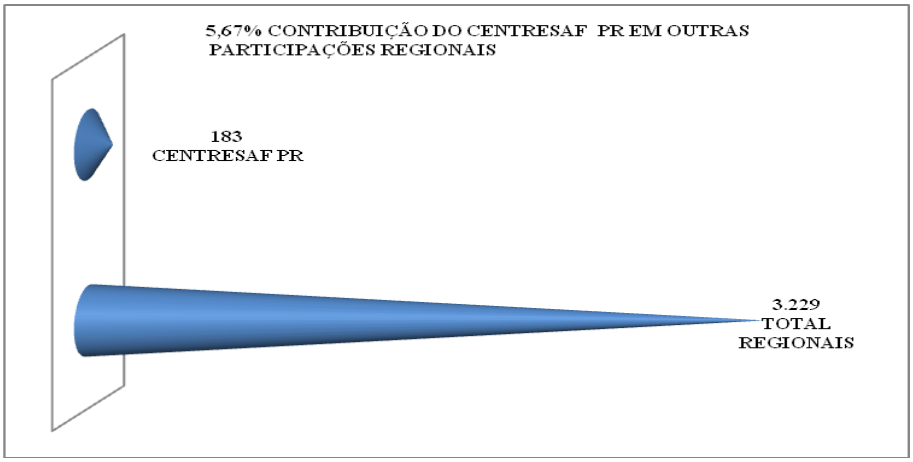
Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 25 – Capacitações do CENTRESAF PR



Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 26 – Outras Participações do CENTRESAF PR



Fonte: ESAF\SIGEP

1.23 CENTRESAF – RIO DE JANEIRO

Contribuições do CENTRESAF para atingir a finalidade institucional da Escola no exercício de 2011: Capacitações presenciais e EAD, e Educação Fiscal.

Participação direta do CENTRESAF para atendimento dos objetivos estratégicos: Em 2011 os esforços desenvolvidos enfatizaram os seguintes objetivos estratégicos:

Objetivo 15: 18 pessoas capacitadas do CENTRESAF (entre servidores, estagiários e terceirizados) através de 88 capacitações (presenciais + EAD). Objetivo 16: Aumento do quadro: Recebemos 2 estagiários, sendo1de nível superior e outro de nível médio. Objetivo 18: Reforma do espaço destinado ao Gabinete, área administrativa, financeira, atendimento ao público e de treinamento. Elaboração de Projeto de TI, aquisição de equipamentos, aumento e melhoria da qualidade da rede.

Ferramentas Utilizadas para atingir os objetivos: parcerias, rodízio de servidores, melhoria das TICs, capacitação dos servidores da unidade, confraternizações.

Dificuldades enfrentadas: Destaque, em 2011 para os cortes de recursos no início do ano, em 2011 contamos apenas com quatro salas de capacitação, em virtude da obras realizadas e finalizadas no final do exercício – mesmo assim não reduzimos a meta de capacitações realizadas pelo CENTRESAF.

Inovações que aperfeiçoaram que aperfeiçoaram aplicação dos recursos públicos: “Etapa da Semana de Administração, Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas”.

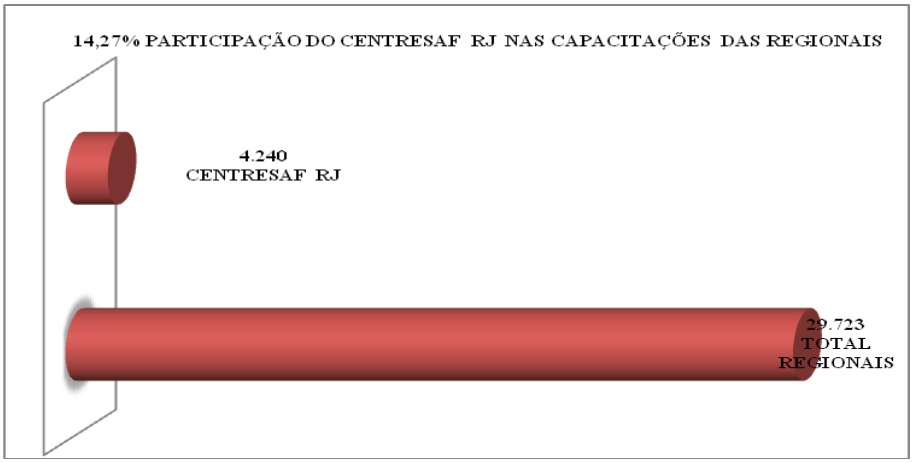
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	300.000,00	313,866,80	104,62
Física (Capacitações)	4.500	4.240	94
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	95	105
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	98,6	109

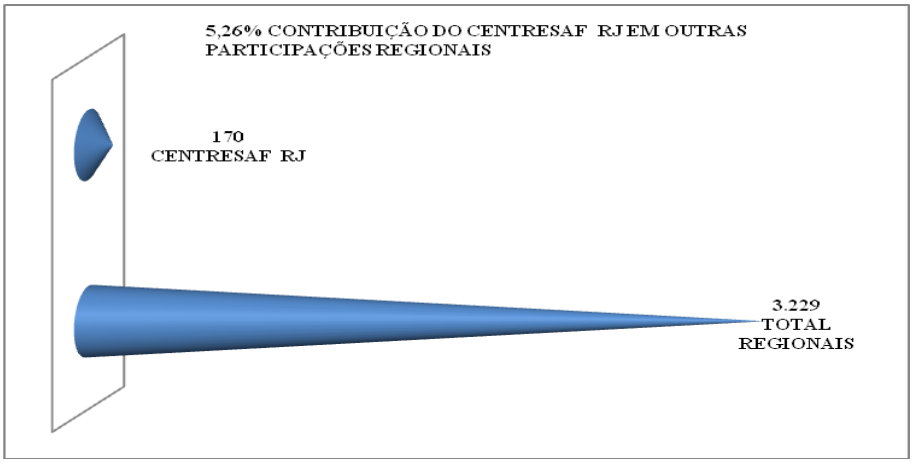
Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 27 – Capacitações do CENTRESAF RJ



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 28 – Outras Participações do CENTRESAF RJ



Fonte: ESAF-SIGEP

1.24 CENTRESAF – RIO GRANDE DO SUL

O CENTRESAF executa cursos abertos, oferecidos para todos os órgãos da administração pública, e fechados, executados para atender demanda específica de órgão-parceiro. Em 2011 não foram executados concursos públicos.

O número de capacitações em cursos abertos atingiu 957 agentes públicos em 2011, um crescimento de 22,5% em relação ao ano de 2010. O número de eventos oferecidos foi de 43 cursos, um aumento de 26,4% em relação a 2010. A maioria dos assuntos abordados está classificada nas Trilhas de Capacitação Gestão Fazendária do Ministério da Fazenda/ESAF, destacando-se os do processo Logísticos (Licitações e Contratos, Formação de Pregoeiros, e Gestão e Fiscalização de Contratos).

Os maiores demandantes dos cursos fechados são as unidades da Receita Federal do Brasil localizadas no Rio Grande do Sul e os assuntos abordados estão previstos na Trilha de Capacitação Crédito Tributário do Ministério da Fazenda/ESAF. O número de capacitações em cursos fechados atingiu 2.378 agentes públicos em 2011, uma redução de 34% em relação ao ano de 2010. O número de eventos executados foi de 65 cursos, portanto, 24% inferior em relação a 2010. As reduções de capacitações nos cursos fechados são justificadas pelas restrições impostas no Decreto nº 7.446/2011 que definiu procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011. Esta norma determinou que somente o Ministro de Estado pudesse autorizar o deslocamento de mais de dez pessoas para o mesmo evento o que impactou diretamente nos eventos de capacitação da Receita Federal do Brasil.

Assim, no período foram realizadas 3.390 capacitações, superando 12% da meta definida de 3.000 capacitações, em 108 eventos. O grau de satisfação dos participantes foi de 95,7% e do cliente foi de 95,0%, superando, portanto, as respectivas metas de 90% de ambas as avaliações.

No exercício em comento foi executado, na própria unidade ou através da SAMF/RS, o valor de R$ 431.190,83 do orçamento federal.

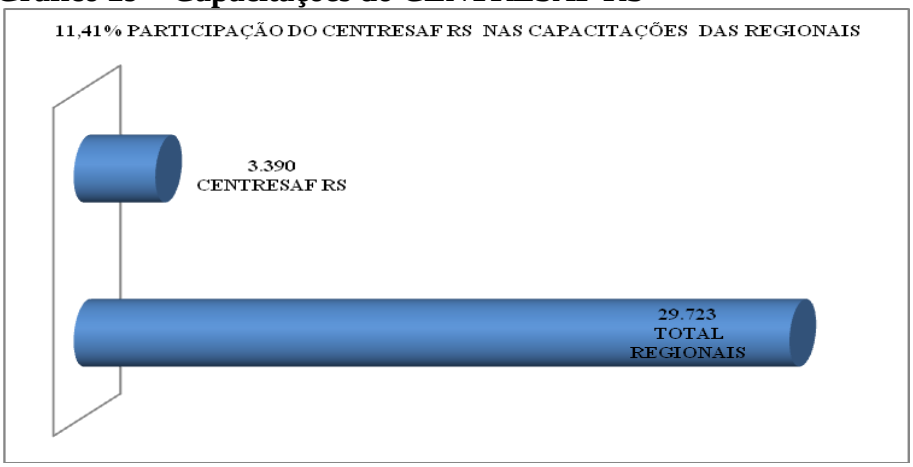
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	431.190,83	565.953,75	131,25
Física (Capacitações)	3.000	3.390	113
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	95,7	106
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	95	105

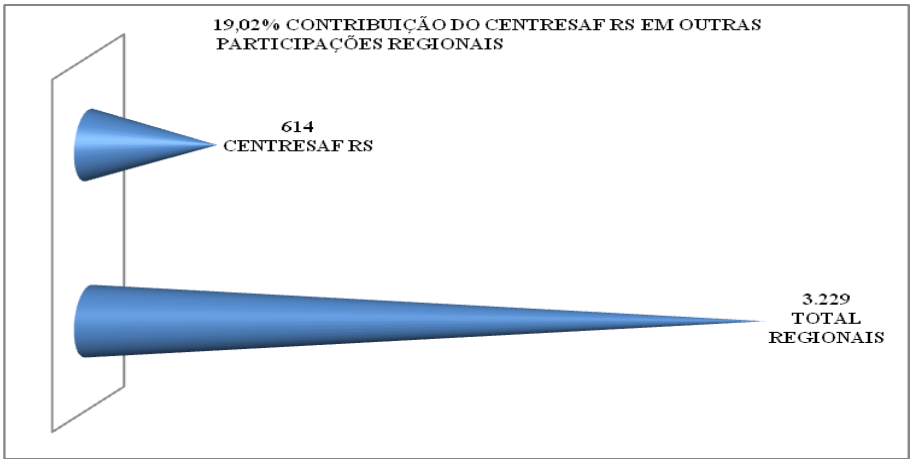
Fonte: PPA2008-2011

Gráfico 29 – Capacitações do CENTRESAF RS



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 30 – Outras Participações do CENTRESAF RS



Fonte: ESAF-SIGEP

1.25 CENTRESAF – SÃO PAULO

O CENTRESAF para atingir a finalidade institucional da Escola no exercício de 2011: capacitações presenciais, incentivo de Ensino a Distância e Educação Fiscal - conforme abaixo.

A participação direta do CENTRESAF para atendimento dos objetivos estratégicos: Em 2011 os esforços desenvolvidos enfatizaram os seguintes objetivos estratégicos 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 15 e 16: Objetivo 1: Participação e incentivo do Ciclo de Qualidade de Vida realizado em conjunto com a Superintendência da RFB da 8ª Região e SAMF/SP; desenvolvimento de treinamentos para os servidores locais da ESAF nos temas: Foco etapas fiscal, itinerante, executor; nova regra ortográfica; tutoria; Educação Fiscal; Licitações e Contratos; Princípios da Administração; Novo CPR; SCDP; Benefícios em Seguridade Social; SIAFI Gerencial. Para o aperfeiçoamento geral foram desenvolvidos os seguintes temas: inteligência emocional, SIAFI operacional, elaboração de relatórios e pareceres técnicos, Direito Administrativos, Licitações e Contratos Públicos, Princípios da Administração Pública, SPED Fiscal, CNAE Subclasses, Evasão Fiscal e Gestão de Grande s Contribuintes, Relações interpessoais, Nova Ortografia, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Educação Fiscal para Conselheiros Municipais, Mapeamento de Competências, SIAFI Gerencial, SCDP, Técnica de Entrevistas para Fiscalização, Ação Fiscal Operacional, E-Safira, Comprotdoc, Classificação Fiscal de Mercadorias, Pacote Office, Prevenção e Identificação de Lavagem de Dinheiro, SIPEC, Legislação de Pessoal, SIPEC, Contabilidade para Não Contadores, Ação Fiscal Gerencial, Organização da Administração Pública, Novo CPR, Fiscalização em Interposição Fraudulenta.

Objetivos 3 e 9: participação mais ativa da ESAF ao ministrar cursos, compor mesas, escolha de p parcerias estratégicas e formalização das parcerias existentes entre os órgãos integrantes do órgão de Educação Fiscal: atração da Secretaria Estadual da Educação para o GEFE/SP, elaboração do Decreto 57.362/2011 em que o Estado de São Paulo formaliza o GEFE no âmbito regional; ciclo de educação fiscal para conselheiros municipais de cidadania; 2 palestras sobre princípios da Administração dando ênfase à importância da democracia, participação e importância dos recursos públicos e orçamento; incentivo da celebração da parceria entre CRC/SP e RFB; negociação para a parceria com o SEBRAE visando educação fiscal para os microempreendedores de execução pela

RFB; III Seminário de Educação Fiscal; participação em evento pelo dia do contribuinte no Poupatempo Itaquera.

Objetivos 4 e 12: Reuniões periódicas com a SAMF, Superintendência da RFB da 8ª Região e Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região, com os dirigentes ou órgãos especializados.

Objetivo 5 e 13: além das atribuições regulares de contato com os órgãos federais, atraíram-se órgãos para parcerias: celebração de Acordo de Cooperação com a EAGU, realização do 2º Ciclo de Licitações e Contratos Administrativos, inclusive cedendo instrutor, em curso presencial com transmissão ao vivo para todo o Brasil; em parceria com o CEAE/PGFN, realização e apoio do 1º Curso de Licitações e Contratos da PGFN, inclusive cedendo instrutor, em curso presencial com transmissão ao vivo para todos órgãos fazendários credenciados no Brasil; atração do Ministério da Saúde, Ministério Público Federal, Justiça Federal e Justiça do Trabalho e UNIFESP como atendidos pela projeção local da ESAF.

Objetivo 6: credenciamento de 74 escolas que podem ser sede de concursos públicos, cessão de 2 servidoras como instrutoras/tutoras do curso FOCO, seleção de 931 colaboradores para o curso FOCO.Objetivo 11: formalização de processo para cada projeto de treinamento com todos os dados do (s) evento (s).Objetivo 15: Aumento do diálogo, motivação de decisões, reuniões de equipe, treinamentos gratuitos e confraternizações. Objetivo 16: Reposição de 2 servidores aposentados e inclusão de 2 recepcionistas para auxiliar a equipe em São Paulo. Ferramentas Utilizadas para atingir os objetivos: parcerias, formalização de procedimentos, capacitação dos servidores da unidade, confraternizações. Dificuldades enfrentadas: Destaques, em 2011, ocorreram cortes de recursos dos órgãos solicitantes de treinamento no início do ano – os treinamentos só passaram a ser encomendados a partir de abril para início efetivo das atividades em maio do exercício 2011 - reduzindo as capacitações presenciais pelo CENTRESAF.

A limitação de deslocamentos de mais de 10 servidores num mesmo evento também foi um limitador. Ressalta-se que o incentivo à EAD também colabora para a redução dos treinamentos presenciais.Inovações/aperfeiçoamentos que otimizaram a aplicação dos recursos públicos: (1) parceria formalizada, (2) uso de cursos presenciais com transmissão nacional com EAGU e CEAE/PGFN, (3) início do procedimento de faculdade do treinando pegar crachás e material impresso, reduzindo o gasto pelos órgãos solicitantes e poupando o meio ambiente; (4) reestabelecimento dos cursos abertos no CENTRESAF.Contribuição quantitativa e qualitativa das metas institucionais da Escola: 1) Pessoas capacitadas na modalidade presencial: 2.574; 2) Turmas de capacitação: 120; 3) Satisfação dos alunos (realizado=93,7%); (3.2) do órgão cliente

(realizado=97,1%). Observa-se que os treinamentos em EAD voltadas para o público de São Paulo são contabilizados no órgão central da ESAF.

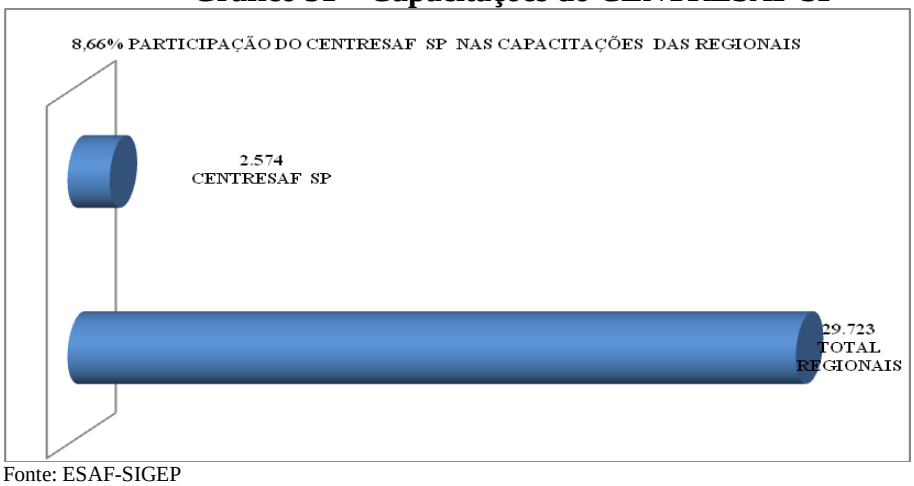
Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante

Exercício 2011

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	643.100,00	343.257,66	53,37
Física (Capacitações)	2.837	2.574	91
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	93,7	104
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	97	107

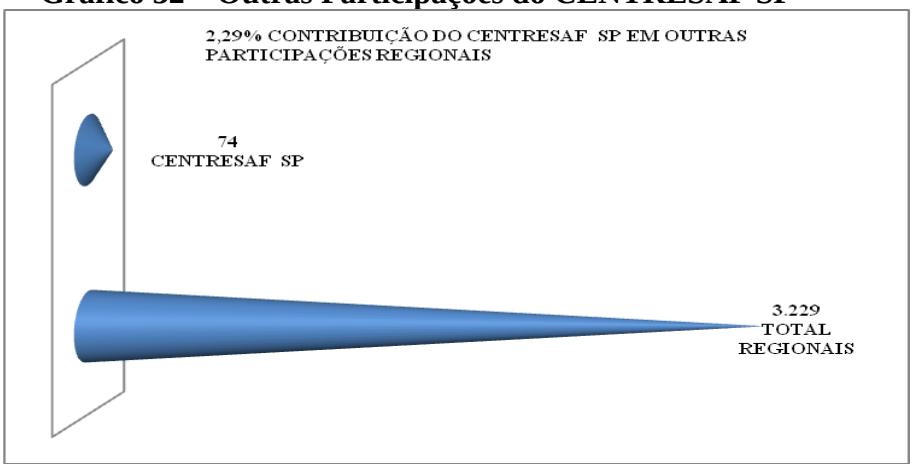
Fonte: PPA 2008-2011

Gráfico 31 – Capacitações do CENTRESAF SP



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 32 – Outras Participações do CENTRESAF SP



Fonte: ESAF-SIGEP

1.26 RANKING DAS CAPACITAÇÕES NAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA ESAF

TABELA 2

EXERCÍCIO 2011

POSIÇÃO	UNIDADE CENTRAL	Nº DE CAPACITAÇÕES
1	MINAS GERAIS	5.412
2	RIO DE JANEIRO	4.240
3	DISTRITO FEDERAL	4.091
4	RIO GRANDE DO SUL	3.390
5	PERNAMBUCO	2.751
6	SÃO PAULO	2.574
7	CEARÁ	2.199
8	PARÁ	1.797
9	PARANÁ	1.724
10	BAHIA	1.555
TOTAL REGIONAIS		29.733

Fonte: ESAF\SIGEP

1.27 ITENS DO ANEXO II DA DN TCU 108/2010 – NÃO SE APLICAM À ESAF

ITEM 1 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica
4	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 2 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
7	A ESAF utiliza este anexo na área orçamentária e financeira
10	A SPOA é responsável pelo quadro das despesas de capital
11	Não se aplica à esta UJ
12	Não se aplica à natureza jurídica
13	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 3 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não existe nesta UJ o reconhecimento de passivos

ITEM 5 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
6	A ESAF não possui o controle de inativos, é responsabilidade da SPOA/RH
7	A ESAF não possui o controle de inativos, é responsabilidade da SPOA/RH
9	A ESAF não possui o controle de inativos, é responsabilidade da SPOA/RH
10	A ESAF não possui autorização para realizar concursos públicos para repor o RH
11	A ESAF não possui autorização para realizar concursos públicos para repor o RH
12	O contrato de prestação de serviços é de responsabilidade da SPOA/COGERL

ITEM 6 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	A ESAF não possui instrumentos de transferência vigentes

ITEM 11 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
2	Este controle é de responsabilidade das SAMFES
3	Este controle é de responsabilidade das SAMFES

ITEM 13 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
2	A ESAF não possui controle da série histórica.

ITEM 14 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica
4	Não se aplica à natureza jurídica
5	Não se aplica à natureza jurídica
6	Não se aplica à natureza jurídica
7	Não se aplica à natureza jurídica

8	Não se aplica à natureza jurídica
9	Não se aplica à natureza jurídica
10	Não se aplica à natureza jurídica
11	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 1 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
2	Responsabilidade da SPOA/MF

ITEM 4 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 1 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica
4	Não se aplica à natureza jurídica
5	Não se aplica à natureza jurídica
6	Não se aplica à natureza jurídica
7	Não se aplica à natureza jurídica
8	Não se aplica à natureza jurídica
9	Não se aplica à natureza jurídica
10	Não se aplica à natureza jurídica
11	Não se aplica à natureza jurídica
12	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 5 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica
4	Não se aplica à natureza jurídica
5	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 7 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 10 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 12 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 16 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA

1	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 30 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 37 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica
4	Não se aplica à natureza jurídica
5	Não se aplica à natureza jurídica
6	Não se aplica à natureza jurídica
7	Não se aplica à natureza jurídica
8	Não se aplica à natureza jurídica
9	Não se aplica à natureza jurídica
10	Não se aplica à natureza jurídica
11	Não se aplica à natureza jurídica
12	Não se aplica à natureza jurídica
13	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 38 – QUADROS DA PARTE "C" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 108/2010

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não possui parcerias vigentes no exercício que envolve transferência de recursos
2	Não possui parcerias vigentes no exercício que envolve transferência de recursos
3	Não possui parcerias vigentes no exercício que envolve transferência de recursos
4	Não possui parcerias vigentes no exercício que envolve transferência de recursos
5	Não possui parcerias vigentes no exercício que envolve transferência de recursos
6	Não possui parcerias vigentes no exercício que envolve transferência de recursos

QUADROS DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011, DE 12 DE MAIO DE 2011

ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			**Código SIORG**:
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Escola de Administração Fazendária - ESAF			
Denominação abreviada: ESAF			
Código SIORG: 000344	**Código LOA:** 99999		**Código SIAFI:** 170009
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Educação			**Código CNAE:** 8095-0/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-6107	(061) 3412-6210	(061) 3412-6106
E-mail: dirge.df.ESAF@fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.endereçonaInternet			
Endereço Postal: Rodovia DF-001 Km 27,4 – Setor de Habitações Individuais Sul – Lago Sul – Cep:71686-900			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
CENTRESAF – BA	Ativa	170077
CENTRESAF – CE	Ativa	170039
CENTRESAF – DF	Ativa	170017
CENTRESAF – MG	Ativa	170087
CENTRESAF – PA	Ativa	170216
CENTRESAF – PE	Ativa	170057
CENTRESAF – PR	Ativa	170155
CENTRESAF – RJ	Ativa	170115
CENTRESAF – RS	Ativa	170176
CENTRESAF – SP	Ativa	170132

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Decreto nº 73.115/73 e Decreto nº 7.482/2011
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
Portaria MF nº 106/2008
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
Em fase de elaboração

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170009	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170009	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170009	170009

Fonte: DIRAD/SIAFI

ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0777
Denominação	Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais.
Objetivos Específicos	Capacitar servidores públicos e profissionais para melhorar o desempenho de suas funções; Selecionar e formar servidores públicos objetivando a qualificação de pessoal do serviço público.
Gerente	Alexandre Ribeiro Motta
Público Alvo	Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira e do sistema de controle e de área afins.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.091.391	1.091.391	596.396			

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Grau de Satisfação do Aluno	31/12/1999	76,00	90,00	90,00	93,20
Fórmula de Cálculo do Índice						
Média aritimética das notas atribuídas pelos alunos em questionário padrão.						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado ficou acima da meta, demonstrando a eficiência da ESAF em relação a este indicador.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Grau de Satisfação dos Contratantes	31/12/1999	85,00	95,00	95,00	96,03
Fórmula de Cálculo do Índice						
. Média aritimética das notas atribuídas pelos contratantes em questionário padrão.						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado ficou acima da meta, demonstrando a eficiência da ESAF em relação a este indicador.						

Fonte:PPA/2011

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	8010
Denominação	Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF
Tipo do Programa	finalístico
Objetivo Geral	Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômico do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.
Objetivos Específicos	Disseminar informações e conceitos sobre a gestão fiscal, favorecendo a compreensão e a intensificação da participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos. Institucionalizar o PNEF nas esferas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, desenvolvendo ações permanentes de sensibilização. Estimular a prática interdisciplinar nas ações de educação fiscal, capacitando de forma continuada agentes multiplicadores.
Gerente	Alexandre Ribeiro Motta
Público Alvo	Servidores Públicos, professores e sociedade em geral

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
535.500	369,154				166.346

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Abrangência Municipal.	30/04/2003	30,0	80,0	40	Não informado no PPA

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de municípios atingidos pelo Programa e o total de municípios no país.

Análise do Resultado Alcançado

O resultado não alcançou o seu objetivo, uma vez que ocorreu contingenciamento dos recursos do Programa.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Capacitação de professores da Rede Pública com educação fiscal.	12/12/2004	5,6	25,0	15,0	Não informado no PPA

Fórmula de Cálculo do Índice

Número percentual de professores do ensino médio e fundamental qualificados em educação fiscal e o total de docentes em exercício no ensino fundamental e médio.

Análise do Resultado Alcançado

Não foi possível cumprir a meta estipulada, tendo em vista o contingenciamento de recursos para a Ação 6268 – Formação de Disseminadores de Educação Fiscal.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de atendimento com educação fiscal a alunos do ensino fundamental da rede pública.	30/04/2003	7,0	25,0	15,0	Não informado no PPA

Fórmula de Cálculo do Índice

Número percentual de professores do ensino médio e fundamental qualificados em educação fiscal e o total de docentes

em exercício no ensino fundamental e médio.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não foi possível cumprir a meta estipulada, tendo em vista o contingenciamento de recursos para a Ação 6268 – Formação de Disseminadores de Educação Fiscal.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Taxa de Atendimento com educação fiscal a alunos do ensino fundamental da rede pública	30/04/ 2003	6,5	30,0	20,0	Não informado no PPA
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número percentual de professores do ensino médio e fundamental qualificados em educação fiscal e o total de docentes em exercício no ensino fundamental e médio.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não foi possível cumprir a meta estipulada, tendo em vista o contingenciamento de recursos para a Ação 6268 – Formação de Disseminadores de Educação Fiscal.						

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE	25913	170009
Ministério da Fazenda - MF	25101	170009

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							72.250.200
LOA	PLOA							38.493.235
LOA	LOA						35.890.736	36.493.235
CRÉDITOS	Suplementares							
CRÉDITOS	Especiais	Abertos						
CRÉDITOS	Especiais	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Reabertos						
CRÉDITOS	Créditos Cancelados							
Outras Operações								

Fonte: Dirad\Diofi-SIAFI

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO			1.930.000				
	PLOA			1.930.000				
	LOA			1.930.000				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total				1.930.000				

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		74.180.200,00	72.250.200,00	2.196.000,00	1.930.000,00		
LOA	PLOA			38.493.235,00	4.639.869,00	1.930.000,00		
LOA	LOA		35.890.736,00	36.493.235,00	4.639.869,00	1.930.000,00		8.994.440,83
CRÉDITOS	Suplementares							
CRÉDITOS	Especiais	Abertos						
CRÉDITOS	Especiais	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Reabertos						
CRÉDITOS	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total				36.493.235,00		1.930.000,00		8.994.440,83

Fonte:SIAFI

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				1.176.990,66
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				7.184.938,33
Inexigibilidade				187.068,54
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte: DIRAD\SIAFI

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
33390.14.00	131.157,36		96.674,14				96.674,14	
33390.30.00	768.446,07		488.9702,16				488.970,16	
33390.39.00	39.000,00		39.000,00				39.000,00	
33390.33.00	108.269,96		103.085,31				103.085,31	

Fonte: DIRAD\SIAFI

ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010				
2009				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	1.847.507,14	672.872,66	1.097.397,10	77.237,38
2009	127.574,03	77.408,02	50.166,01	-
...				
Observações:				

Fonte: DIRAD\SAIFI

ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		172		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		25		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		19		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		56		
2. Servidores com Contratos Temporários		13		
3. Total de Servidores (1+2)		**285**		

Fonte: DIRAD\SEADM

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**3**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**-**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**-**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**4**

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		17		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		3		
1.2.4. Sem vínculo		10		
1.2.5. Aposentados		6		
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)				

Fonte: DIRAD\SEADM

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	41	17	47	60	19
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	35	10	35	52	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	05	04	03	01	00
2. Provimento de cargo em comissão	01	03	09	07	02
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	03	13	12	11
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	03	13	12	10
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	00
3. Totais (1+2)	41	17	47	60	19

Fonte: DIRAD\SEADM

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	00	00	00	02	22	67	62	30	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	02	17	55	52	18	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	00	03	10	00
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	00	00	00	00	05	12	07	02	00
2. Provimento de cargo em comissão	00	00	00	00	05	11	12	04	09
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	02	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	00	11	12	04	09
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	02	00	00	01	00
3. Totais (1+2)	00	00	00	02	22	67	62	30	01

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	06	05	13	05	
1.1 Área Fim	02	03	07	02	
1.2 Área Meio	04	02	06	03	
2. Nível Médio	00	06	04	02	
2.1 Área Fim	00	02	00	00	
2.2 Área Meio	00	04	04	02	
3. Total (1+2)	06	05	13	05	

Fonte: DIRAD\SEADM

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante	
Nome: ESCOLA DE Administração Fazendária - ESAF	
UG/Gestão:170009/00001	**CNPJ:** 02.317.176/0001-05

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

Observações:

***Todos os Contratos são firmados pela COGRL/SPOA/MF**

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DIRAD\SEOFI

ITEM 6 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Escola de Administração Fazendária - ESAF					
CNPJ:	02.317.176/0001-05					
UG/GESTÃO:	170009/00001					
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)**		
	2011	**2010**	**2009**	**2011**	**2010**	**2009**
Convênio	X.X	X.X	X.X			
Contrato de Repasse	X.X	X.X	X.X			
Termo de Cooperação	X.X	X.X	X.X			
Termo de Compromisso	1	1	1	83.627	652.669	363.212
Totais	1	1	1	83.627	652.669	363.212

Fonte: DIRAD\SELIC

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Escola de Administração Fazendária - ESAF					
CNPJ: 02.317.176/0001-05			**UG/GESTÃO:**		
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	X.X				
Contrato de Repasse	X.X				
Termo de Cooperação	X.X				
Termo de Compromisso	1	83.627	1.099.508	83.627	100%
Totais	1	83.627	1.099.508	83.627	100%

Fonte: DIRAD\SELIC

ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Alexandre Ribeiro Motta, responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF n° 007.643.197-52, Diretor-Geral, exercido na Escola de Administração Fazendária – ESAF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de Março de 2012.

Alexandre Ribeiro Motta
CPF: 007.643.197-52
Diretor-Geral da ESAF

ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			147
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			27
	Não cumpriram a obrigação			1

Fonte: DIRAD\SEADM

ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: DIRGE\UCI

ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				

4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	**X**				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				**X**	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	**X**				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**X**				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	**X**				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			**X**		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				**X**	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					**X**
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?				**X**	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?				**X**	
Considerações Gerais:					

LEGENDA Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: DIRAD\SELIC

ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
	Belém	1	1
	Belo Horizonte	1	1
	Brasília	2	2
	Curitiba	1	1
	Fortaleza	1	1
	Porto Alegre	1	1
	Recife	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
	Salvador	1	1
	São Paulo	1	1
Subtotal Brasil		11	11
Exterior	-	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		11	11

Fonte: DIRAD\PATRI

ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					X
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			

9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

FONTE: GERTI

ITEM 13 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	170009	**Limite de Utilização da UG**	4.000,00		
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
Terezinha dos Reis Pascoal	225.072.481-49	4.000		7.732,29	7.732,29
Total utilizado pela UG					
Código da UG 2:		**Limite de Utilização da UG:**			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte:DIRAD\DIOFI

ITEM 15 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF					170009
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1.3	TC 018.991/2011-4	10194/2011	9.	DE	908/2011 –TCU/SECEX-2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF					
Descrição da Deliberação:					
- Processos Licitatórios					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária – ESAF – Diretoria de Administração - DIRAD					
Síntese da providência adotada:					
Foi adota um chek list em todos os processos formalizados no setor de licitação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Conclusão: 15. Na análise do presente processo, basicamente, somente ocorreram falhas formais que não acarretaram danos ao erário, sem a significância necessária à imposição de ressalva à gestão dos responsáveis. Ademais, a correção dessas impropriedades já está sendo objeto de acompanhamento pela Secretaria Federal de Controle Interno, não cabendo a proposição de determinação com objetivo de corrigi-las. (itens 7-8)					

Fonte: DIRGE\UCI

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1.3	TC 018.991/2011-4	10194/2011	9.	DE	908/2011 –TCU/SECEX-2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Descrição da Deliberação:					
9.Ademais, cabe destacar que o item 1.3 do Acórdão nº 998/2008 – TCU/I Câmara determinou à ESAF que:adote providências visando ao ressarcimento pelo SERPRO do montante correspondente à diferença entre os valores de R$ 22.522,50 e R$ 6.624,26, em função do pagamento indevido de curso de mestrado em Gestão de Conhecimento e de Tecnologia da Informação ao servidor do SERPRO, requisitado do SERPRO, ocupante de função comissionada na ESAF e desligado da Escola em 06/08/2003, em razão de o pagamento ter se estendido até 31/12/2004.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
10.Dessa forma, a ESAF, (peça 5, pg 61) afirmou que enviou cópia do Ofício nº 294/2011/ESAF/MF-DF, de 20/05/2011, encaminhado ao SERPRO, solicitando ressarcimento da importência de R$ 15.898,24, tendo em vista a determinação contida no subitem 1.3 do Acórdão nº 998/2008 – TCU – 1ª Câmara. 11.A Secretaria Federal de Controle Interno, por sua vez, afirmou que essa providência foi intempestiva, permanecendo pendente a recuperação do crédito. Análise: 12. Conforme se observa, a ESAF iniciou os procedimentos administrativos para recuperação dos pagamentos irregulares feitos ao Servidor do SERPRO, sem, no entanto ter otido êxito até o momento. 13. Nesse contexto, cabe evidenciar que o §3º do art. 1º da Instrução Normativa do TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007, determina que "esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido a autoridade administrativa federal competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, sob pea de responsabilidade solidária. Desse modo, haverá proposta estabelecendo-se um prazo de 60 dias, após a ciência da decisão do Tribunal, para instauração da TCE, caso não haja sucesso no processo de recuperação já deflagrado com o encaminhamento do Ofício nº 294/2011/ESAF/MF-DF, de 20/05/2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
16. Entretanto, o item 1.3 do Acórdão nº 998/2008 – TCU/1º Câmara determinou à ESAF que adotasse providências para recuperação de pagamentos irregulares feitos ao Servidor do SERPRO, conforme evidenciado no parágrafo 9. Assim, a ESAF iniciou os procedimentos administrativos para recuperação desses valores. Dessa forma, caso a aplicação desses procedimentos seja ineficaz, deverá ser instaurada a respectiva toma de contas especial pela autoridade competente. (itens 9-13)					

Fonte: DIRGE\UCI

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
7	TC 018.991/2011-4	10194/2011	908/2011 –TCU/SECEX-2
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF			
Descrição da Recomendação:			
7.De uma forma geral, somente foram detectadas falhas formais relacionadas aos processos licitatórios, concernentes ao inadequado enquadramento de dispensa de licitação, à inexistência de pesquisa de preços e à ausência de estimativas para a demanda de serviços de processamento de dados. Além disso, foi apurado que a ESAF não tem feito estudos acerca das reais necessidades para uma composição ideal de sua força de trabalho. Cabe destacar que tais impropriedades não acarretaram danos ao erário, bem como representam falhas pontuais que não possuem impacto relevante na gestão anual do órgão. 8.Assim foi recomendada ao órgão a adoção de medidas para sanear essas falhas identificadas. A implementação dessas adequações será verificada pela Controladoria-Geral da União nas próximas contas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Setor de Licitação da Diretoria de Administração			
Síntese da providência adotada:			
Foi adota um chek list em todos os processos formalizados no setor de licitação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Sem ocorrências nesse sentido			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Fonte: DIRGE\UCI

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1.3	TC 018.991/2011-4	10194/2011	908/2011 –TCU/SECEX-2
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF			
Descrição da Recomendação:			
10.Dessa forma, a ESAF, (peça 5, pg 61) afirmou que enviou cópia do Ofício nº 294/2011/ESAF/MF-DF, de 20/05/2011, encaminhado ao SERPRO, solicitando ressarcimento da importância de R$ 15.898,24, tendo em vista a determinação contida no subitem 1.3 do Acórdão nº 998/2008 – TCU – 1ª Câmara. 11.A Secretaria Federal de Controle Interno, por sua vez, afirmou que essa providência foi intempestiva, permanecendo pendente a recuperação do crédito. Análise: 12. Conforme se observa, a ESAF iniciou os procedimentos administrativos para recuperação dos pagamentos irregulares feitos ao Servidor do SERPRO, sem, no entanto ter obtido êxito até o momento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Diretoria de Administração – DIRAD			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O valor deve ser restituído da Instituição SERPRO e devolvido ao FUNTREDE, no valor de R$ 15.898,24, tendo em vista a determinação contida no subitem 1.3 do Acórdão nº 998/2008 – TCU – 1ª Câmara.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Fonte: DIRGE\UCI

ITEM 16 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 201109036 - 2ª Parte
Data do Relatório de Auditoria	Maio de 2011
Item do Relatório de Auditoria	1.3 do Relatório de Auditoria nº 201109036
Comunicação Expedida/Data	20 de maio de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ESAF – Escola de Administração Fazendária
Descrição da Recomendação	10.Dessa forma, a ESAF, (peça 5, pg 61) afirmou que enviou cópia do Ofício nº 294/2011/ESAF/MF-DF, de 20/05/2011, encaminhado ao SERPRO, solicitando ressarcimento da importância de R$ 15.898,24, tendo em vista a determinação contida no subitem 1.3 do Acórdão nº 998/2008 – TCU – 1ª Câmara. 11.A Secretaria Federal de Controle Interno, por sua vez, afirmou que essa providência foi intempestiva, permanecendo pendente a recuperação do crédito. Análise: 12. Conforme se observa, a ESAF iniciou os procedimentos administrativos para recuperação dos pagamentos irregulares feitos ao Servidor do SERPRO, sem, no entanto ter obtido êxito até o momento. 13. Nesse contexto, cabe evidenciar que o §3º do art. 1º da Instrução Normativa do TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007, determina que "esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido a autoridade administrativa federal competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, sob pea de responsabilidade solidária. Desse modo, haverá proposta estabelecendo-se um prazo de 60 dias, após a ciência da decisão do Tribunal, para instauração da TCE, caso não haja sucesso no processo de recuperação já deflagrado com o encaminhamento do Ofício nº 294/2011/ESAF/MF-DF, de 20/05/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DIRAD – Diretoria de Administração da ESAF	
Síntese das providências adotadas	
encaminhamento do Ofício nº 294/2011/ESAF/MF-DF, de 20/05/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
O SERPRO não reconhece a dívida, alegando não ter firmado nenhum acordo com a ESAF, a respeito desse assunto.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: DIRGE\UCI

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 201109036 – 2ª Parte
Item do Relatório de Auditoria	1.3
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DIRAD – Diretoria de Administração – Setor de Licitações
Descrição da Recomendação	Providenciar a cobrança junto ao SEPRO.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	
A recusa por parte da Instituição SERPRO no reconhecimento do pagamento do Curso de mestrado em favor do servidor efetivo, no valor de R$ 15.898,24.	

Fonte: DIRGE\UCI - DIRAD

ITEM 1 PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG :
Escola de Administração Fazendária, consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura.	170009, 170017, 170039, 170057, 170077, 170087, 170115, 170132, 170155, 170176, 170216 e 170402

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

a) Ausência de resposta da UG/Gestão 170009 – ESAF aos Memorandos de nº 160/2010 e 2/2011 COGEF/SPOA/SE-DF, que tratam da permanência de saldo nas contas contábeis 199610300-Direitos e Obrigações Conveniados/Entrada de Recursos/A Receber e 199610500-Direitos e Obrigações Conveniados/Entrada de Recursos/A Aprovar. Os saldos em comento estão vinculados ao convênio nº 500062, firmado com a UG/Gestão 154003/15279, com vigência expirada em 30/12/2006.

OBS: O assunto em epígrafe foi comunicado à Diretoria de Auditoria da Área Econômica/CGU por meio do Ofício nº 770/2011/SPOA/SE-GDI/MF-DF, de 22 de junho de 2011.

Fundamento: Manual SIAFI, Assunto: 020315 – Conformidade Contábil, itens 4.13 e 4.14; Instrução Normativa STN/MF nº 1, de 15 de janeiro de 1997, art. 31.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	10 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	Paulo Roberto Campos Moreira Setorial Contábil do MF CRC-DF nº 011634/0-9	CRC nº	011634/o-9 CRC - DF

CONCLUSÃO

Com a finalização deste Relatório de Gestão 2011, conclui-se uma importante etapa da gestão institucional da Escola de Administração Fazendária que faz parte do Ministério da Fazenda.

Este Relatório apresenta características que integram os padrões que são exigidos e definidos pelos órgãos de Controle, e de acordo com essas exigências a ESAF apresenta as informações na área de Gestão com vistas a Prestação de Contas Anual.

As informações coletadas ao longo do Exercício de 2011 foram desenvolvidas mediante solicitação às Áreas da ESAF-Sede e as Descentralizadas.

O conteúdo e todas as informações tratadas neste Relatório, inclusive, os indicadores, os gráficos e as tabelas foram construídos de forma a possibilitar uma visão onde todos os Objetivos Institucionais da Escola sejam retratados e aferidos no exercício de 2011. Retrata, inclusive, o envolvimento de todas as áreas da Instituição, inclusive aquelas Descentralizadas.

O Relatório de Gestão da ESAF contempla informações a respeito da promoção e do desenvolvimento de profissionais da Administração Pública em todos os níveis da Federação.

Com base nos dados informados, a ESAF busca cumprir todos os seus Objetivos Institucionais, principalmente, consolidar-se como centro de conhecimento em gestão das finanças públicas.

No campo da Cidadania Fiscal, destaca-se o PNEF - Programa Nacional de Educação Fiscal, que tem como Objetivo propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado. Nesse sentido, o Programa contribuiu de maneira substancial para que a meta de capacitações da ESAF fosse superada.

No decorrer do exercício de 2011, a ESAF, por meio da área de recrutamento e seleção, treinou profissionais com conhecimentos específicos para atuarem na execução de concursos públicos, cujo objetivo é aprimorar os processos de seleção dos servidores fazendários.

Além de realizar esses Objetivos, a ESAF desenvolve competências na Administração Pública com a finalidade de ampliar e diversificar os programas de capacitação. Na área de Estudos e Pesquisa, a Escola coordena fóruns de discussões sobre finanças públicas, desperta o interesse mútuo.

A busca por padronizar seus processos de trabalho, deu-se início no segundo semestre de 2011 com a ampliação de parcerias estratégicas, que neste caso destaca-se a Instituição SERPRO que

conjuntamente com a ESAF desenvolve metodologias para o aperfeiçoamento desses processos, adequando-os a sua força de trabalho e de seus colaboradores.

Além desse projeto, a Escola busca melhorar a sua infraestrutura lógica e de sistema de TI com vistas a dar suporte necessário aos cursos presenciais e, principalmente, às plataformas do Ensino a Distância.

Faz-se necessário destacar que os resultados aqui relatados, devem-se à competência de seus servidores e por conta disso, a Escola atua na capacitação de seus funcionários, promovendo e valorizando os seus talentos na busca de seus objetivos Institucionais.

No exercício de 2011, a ESAF alcançou 84.701 capacitações, com destaque para o Ensino a Distância, que foi responsável por quase 80% (oitenta por cento) desse total.

A ESAF vem cumprindo a sua Missão Institucional que é ***"Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania"***.